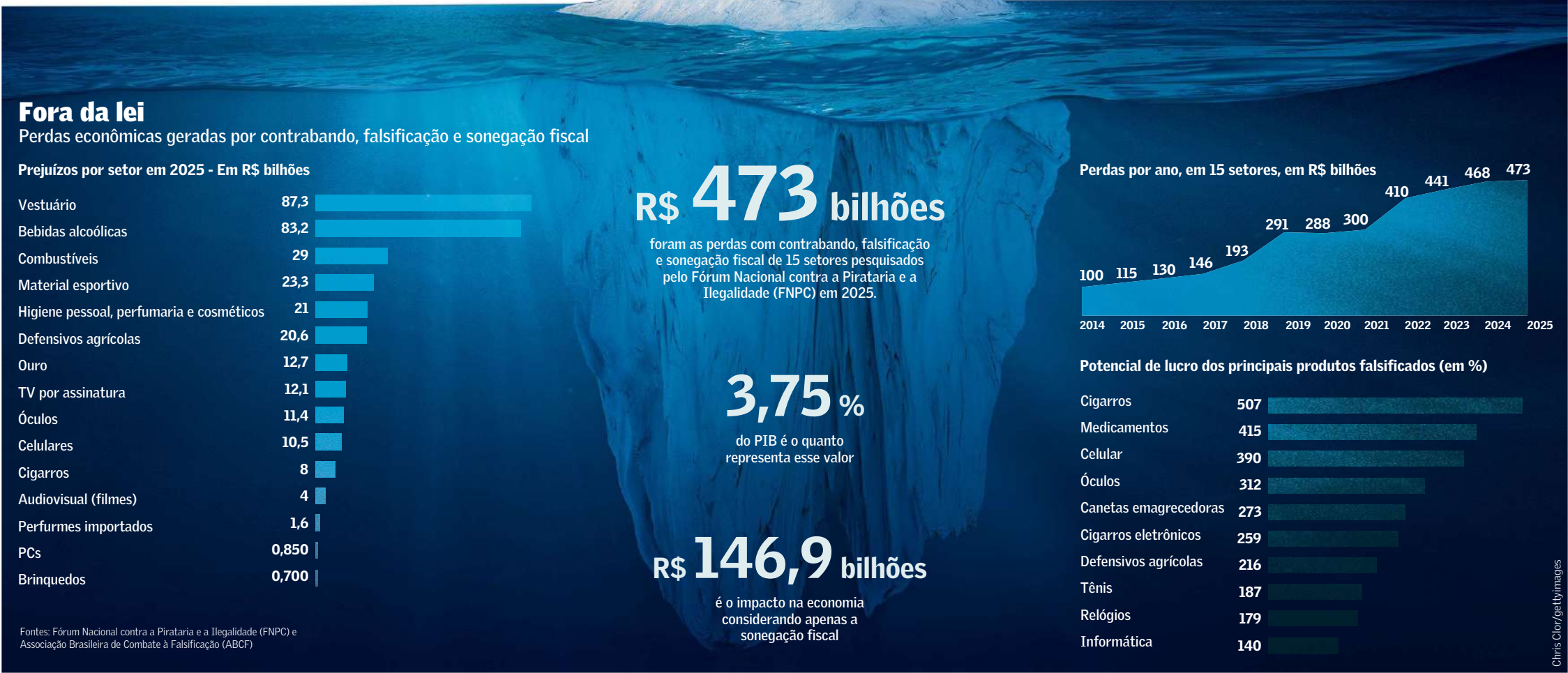


Especial

Mercado ilegal



Perdas de meio trilhão

Cenário O comércio ilícito ganhou escala com participação do crime organizado e fábricas clandestinas que produzem de cigarros e bebidas a defensivos agrícolas

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

O comércio ilegal de bens vem mudando de perfil, de atuação e de geografia. Ganhou robustez, organização e articulação, deixando em segundo plano o mercado dos chamados sacoleiros, que contrabandeavam roupas, perfumes e bebidas do Paraguai para o Brasil em ônibus de turismo. O desafio atual não é mais o de conter práticas individuais de pirataria, mas o de combater sistemas consolidados em redes que atuam em cadeias logísticas globais, expandiram fronteiras, estão presentes em instituições e que administram economias ilícitas interligando negócios entre países. Artigos de vestuário, bebidas alcoólicas e combustíveis lideraram o comércio ilegal de produtos em 2025, que vem crescendo, apesar do aumento da fiscalização.

Levantamentos realizados por especialistas chegaram a valores ligeiramente distintos, variando de acordo com os setores avaliados e com a amplitude da pesquisa, mas o montante não deixa dúvidas: a pirataria atingiu a casa de meio trilhão de reais em 2025.

O Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNPC) calculou em R\$ 473,2 bilhões os prejuízos de 15 setores em 2025. Em 2014 as perdas foram de R\$ 100 bilhões. “É uma progressão geométrica. Há uma sensação de impunidade que permeia a atividade no mercado ilegal. A pena prevista para quem falsifica uma marca é de três meses a um ano. Uma equação econômica de altíssimo lucro, porque as organizações criminosas não pagam impostos, e baixo risco”, diz Edson Vismona, presidente do FNPC.

A entidade identifica mais 35 setores econômicos que sofrem diretamente com a ilegalidade, mas não dispõem de dados computados. “Portanto, podemos falar em mais de R\$ 500 bilhões, se tivéssemos as estimativas desses 35 [setores]”, acrescenta.

Nos cálculos da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), os crimes de falsificação, contrabando e sonegação fiscal provocaram um total de R\$ 514 bilhões em prejuízos no ano passado, alta de 8% ante 2024. “O aumento se deve a vários fatores. Nossas fronteiras continuam porosas e nossos portos estão desguarnecidos.

Os agentes da Receita atuam, mas falta estrutura. Não apreendem nem 6% do volume de mercadoria ilegal que entra no Brasil, apesar do grande trabalho que fazem”, diz Rodolpho Heck Ramazzini, diretor da ABCF.

O crescimento do sistema criminal, conforme os dois especialistas, ganhou escala com abertura de fábricas clandestinas no país para produção de cigarros, bebidas e, mais recentemente, defensivos agrícolas e medicamentos. No caso de cigarros, fábricas com CNPJ produzem, no Brasil, marcas paraguaias, vendidas em territórios dominados por milícias onde o comércio de produtos legais é proibido pelo grupo que controla o local.

Estudo da USP em parceria com o Instituto Ipsos, realizado pela Escola de Segurança Multidimensional (Esem), revelou que cerca de 10 milhões de brasileiros usam cigarros eletrônicos (vapes) e sachês, o que demonstra as proporções atingidas na venda ilegal de produtos de nicotina sem regulamentação da Anvisa. Segundo o professor Leandro Piquet, coordenador da Esem e responsável pela pesquisa, em seis meses, 15,4 milhões de pessoas declararam ter feito uso desses produtos ilícitos.

O mesmo ocorre com itens como tênis, bonés e roupas esportivas, fa-

bricados em hubs industriais no mercado brasileiro voltados para a falsificação. Os impactos econômicos da pirataria sobre a economia brasileira são relevantes. De acordo com dados do FNPC, só ano passado R\$ 146 bilhões deixaram de ser arrecadados com o comércio ilegal. O problema ganha proporções maiores quando se fala da venda ilegal de camisetas esportivas, que já representavam 34% dessa categoria de comércio, no ano passado. No setor têxtil, o número de peças falsificadas vendidas, em 2025, chegou a 225 milhões. A informalidade, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, representa entre 12% e 15% do PIB do país.

O comércio ilegal no varejo brasileiro é um dos principais desafios para a fiscalização. No ano passado, conforme a Confederação Nacional do Comércio (CNC), as perdas atingiram R\$ 179,3 bilhões nos setores de combustíveis, vestuário, eletroeletrônicos e farmácias. Isso equivale a 1,5% do PIB nacional e a 13,8% das vendas legais nesses mesmos setores — ou seja, para cada R\$ 100 vendidos formalmente, o mercado ilegal movimentou mais R\$ 13,80 à margem da lei. A perda de arrecadação atingiu R\$ 74,8 bilhões, equivalente a 12% de toda a arrecadação federal no ano.

seminário

mercado ilegal



ACESSE E CONFIRA NA ÍNTEGRA



Patrocínio



Apoio



Realização

Crime organizado Presença do PCC e do Comando Vermelho pelo Brasil afora garante capilaridade na distribuição das mercadorias

Logística do tráfico de drogas impulsiona o contrabando

Letícia Lopes
O Globo, de São Paulo

Na última década, organizações criminosas brasileiras se diversificaram além do tráfico de drogas e avançaram sobre o comércio clandestino de mercadorias, amplificando seus ganhos com a ilegalidade e desafiando as autoridades e o Estado, de uma forma geral. O contrabando, especialmente do Paraguai, garante a facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) lucros que passam de 500% — ganhos que, segundo especialistas, servem para financiar outras frentes de atuação das quadrilhas, numa estratégia de expansão econômica da ilegalidade.

Os criminosos conseguem mais capital para recrutar apoiadores e "funcionários", comprar armas, corromper policiais e outros agentes do Estado e amplificar a capacidade logística em torno de suas atividades ilegais.

Anualmente, o contrabando entre o Brasil e o Paraguai movimentava cerca de R\$ 60 bilhões, montante que é quase o dobro da balança comercial entre os dois países, que fechou 2025 em US\$ 7,4 bilhões (ou R\$ 38 bilhões). Os dados constam num estudo publicado em março pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf).

Os números são estimados a partir das apreensões feitas pelas autoridades. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), somente 5% a 10% das mercadorias oriundas de contrabando e descaminho que entram no Brasil pela fronteira com o Paraguai são efetivamente apreendidas.

O interesse das facções no contrabando é explicado através de múltiplos fatores. O primeiro é que há mercado para os produtos trazidos irregularmente do Paraguai, e a presença do PCC e do Comando Vermelho pelo país afora garante ainda mais capilaridade na distribuição das mercadorias.

Especialistas apontam que a entrada do crime organizado no comércio ilegal de mercadorias começou pelos cigarros, avançou para os combustíveis, depois para as bebidas até chegar aos medicamentos e, mais recentemente, às canetas emagrecedoras.

A virada de chave, porém, se deu através da logística. As organizações criminosas levaram a expertise usada no tráfico de dro-

gas para o contrabando, o que deu escala a um fluxo antes mais pulverizado. É o que explica Luciano Barros, presidente do Idesf.

"As facções otimizaram a logística do contrabando ao máximo. Se antes víamos apreensões de produtos contrabandeados em carros ou ônibus e realizada por múltiplos atores, agora são imensos caminhões com um mix de opções, de cigarros a agrotóxicos, drogas, medicamentos", enumera.

Com essa "hiperespecialização", o custo médio desembolsado pelas facções para a logística é menor. O estudo do Idesf estima que, em média, esses grupos operam com um custo de distribuição de apenas 22%.

Custos menores elevam as margens de lucro. Os cigarros clandestinos lideram a lista, com lucros estimados em 507%. Telefones celulares (390%), brinquedos (390%), óculos (312%) e baterias (285%) completam a relação dos ganhos da criminalidade com a comercialização ilegal de itens de consumo.

Além dos lucros proporcionados com as atividades criminosas, o contrabando envolve uma delicada questão socioeconômica, pois é crescente o número de pessoas que vivem em cidades brasileiras fronteiriças, como Foz do Iguaçu e Guaíra, no Paraná, e Ponta Porã, no Mato Grosso do

Sul, que participam da logística da ilegalidade como uma fonte de renda, as chamadas "mulas".

Recentemente, os medicamentos entraram de vez no radar dos criminosos. Segundo o relatório do Idesf, nos últimos cinco anos apreensões de remédios somaram mais de R\$ 100 milhões.

Cada vez mais populares, canetas emagrecedoras são a nova fronteira de desafio para as autoridades competentes. Em 2024, foram 2.544 unidades apreendidas pela Receita Federal. No ano passado, o volume disparou a 30.011 canetinhas, um aumento de 1.080%. Os dados acompanhados pelo Idesf projetam 150 mil unidades apreendidas nos seis primeiros meses de 2026.

Com altas margens de lucro, as canetas viraram o "item da vez" para os contrabandistas, e ajudam a exemplificar o racional da atuação das facções nesse mercado ilegal.

"Comparado com o tráfico de drogas, é menos oneroso perder a mercadoria contrabandeada"
Sérgio Stinglin



Barros, do Idesf: "As facções otimizaram a logística do contrabando ao máximo"

Delegado-executivo da Polícia Federal (PF) em Foz do Iguaçu (PR), Sérgio Luis Stinglin ressalta que, diferentemente do que se observa no Rio de Janeiro, onde facções disputam o domínio de territórios, ainda não se vê na fronteira uma busca por "tomar" a região e monopolizá-la. A lógica é financeira.

"Eles se aproveitam das oportunidades de obter lucro maior e porque há demanda pelos produtos contrabandeados. Comparado com o tráfico de drogas, é menos oneroso perder a mercadoria contrabandeada. E se eventualmente alguém for preso, o tempo da pena é menor [do que por tráfico], a não ser em caso de

investigações mais robustas nas quais se identifica a organização", explica o delegado Stinglin.

Para Rodolpho Ramazzini, diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), a atuação das facções no contrabando se explica pela combinação de oportunidade, lucratividade e capacidade de escoamento.

"O crime organizado tem território e capacidade financeira de larga escala. Quando se depapara com um setor produtivo que é altamente tributado e com baixa fiscalização, os criminosos veem uma oportunidade de maximizar os lucros que já têm com o tráfico de drogas e de armas", avalia Ramazzini.

Crime amplia frentes e exige resposta integrada no Brasil e no exterior

Michele Loureiro e
Mônica Magnavita
Para o Valor, de São Paulo e do Rio

O desafio de combater o mercado ilegal não é novo, mas vem se agravando. As causas, conforme Rodolpho Ramazzini, diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), estão diretamente ligadas a fortalecimento das facções criminosas, fragilidade no controle das fronteiras, rotas logísticas vulneráveis e insuficiências de mecanismos de rastreabilidade, além, naturalmente, da evasão fiscal. O poder crescente do sistema ilegal caminha lado a lado com violência, corrupção e com sua capacidade de substituir o Estado, em alguns casos, ou se infiltrar nele.

Enfrentar o problema requer, na avaliação dos especialistas, medidas sustentadas em três pilares: integração dos diversos órgãos públicos; investimento em tecnologia de rastreabilidade; e cooperação internacional na fiscalização e no controle. O problema, pelo lado da demanda, está ligado ao comportamento do consumidor, atraído pelo baixo preço de itens falsificados ou contrabandeados.

Eletroeletrônicos, cigarros, veículos, medicamentos, brinquedos, agrotóxicos, armas e até pedras preciosas. A lista de mercadorias apreendidas pela Receita Federal mostram que não há um único mercado a combater — outra das dificuldades nesse enfrentamento. De janeiro a julho deste ano, o órgão retirou de circulação R\$ 2,6 bilhões em produtos de mais de 20 categorias, 12,1% a mais do que no mesmo período de 2025.

A variedade de produtos é acompanhada pela multiplicação das formas de operar. Segundo a Receita, comércio eletrônico, remessas internacionais e modelos logísticos mais fragmentados aumentaram muito o volume de operações sob monitoramento. A inspeção física continua indispensável, mas depende cada vez mais de inteligência e análise de risco para selecionar, em um flu-



Receita Federal e órgãos parceiros desarticulam esquema bilionário com combustíveis ligado à Operação Carbono Oculto

xo crescente de cargas e transações, onde concentrar recursos.

Mesmo quando a mercadoria é encontrada, atingir quem está por trás dela é outra tarefa. "É provável que as apreensões impactem a estrutura econômica de pequenas organizações, mas que sejam contabilizadas como riscos inerentes aos negócios por organizações maiores", afirma Gabriel Patriarca, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Para desarticular estruturas maiores, diz ele, a apreensão precisa ser o início da investigação, para então se chegar a financiadores e coordenadores, rastrear patrimônio e identificar mecanismos de lavagem de dinheiro.

Se o crime atravessa produtos, empresas, logística e dinheiro, o combate exige conectar diferentes áreas do Estado. Para Edson Vismona, presidente do Fórum Na-

cional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), a necessidade de integração convive com um gargalo menos visível: a desconfiança entre agentes e o receio de que o compartilhamento de dados comprometa investigações. Além disso, parte das informações está protegida por sigilo fiscal, o que exige conciliar agilidade e proteção dos dados e competências legais.

Há experiências que mostram como essa integração funciona na prática. As Operações Integradas de Enfrentamento dos Crimes Contra o Fisco e a Saúde (Otefis), coordenadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e já em sua 24ª edição, reúnem Polícia Federal, polícias estaduais, fiscos e agências reguladoras no combate a ilícitos que afetam a arrecadação e a saúde. Para Vismona, porém, a cooperação precisa ir além da apreensão e permitir que o Estado avance sobre quem financia e lucra com essas estruturas. "Precisamos focar as finanças", afirma.

É o caminho de operações como a Carbono Oculto, que combinou investigação policial e inteligência fiscal e patrimonial, e revelou a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) para o setor de combustíveis e o mercado financeiro. "O desafio é fa-

zer com que articulações desse tipo passem a integrar de forma permanente a atuação dos órgãos de controle", diz Vismona.

A cooperação fica mais complexa quando a cadeia atravessa países. Diferenças entre legislações e regras de sigilo dificultam investigações transnacionais. Acordos são necessários, observa Vismona, como a cooperação entre o Ministério Público de São Paulo e autoridades italianas para formar equipes de investigação contra máfias e facções criminosas.

Não há, portanto, uma única frente capaz de acompanhar um mercado que muda de produto, rota e forma de operar — e se reorganiza quando encontra novas barreiras. "Nenhuma dessas estratégias é ampla o suficiente para abranger toda a complexidade dos mercados ilícitos", resume Patriarca. A saída está justamente na combinação delas: fazer da apreensão o início da investigação, seguir o dinheiro até financiadores e transformar a cooperação entre órgãos — inclusive de diferentes países — em rotina, e não exceção. Mais do que retirar produtos ilegais de circulação, o desafio é tornar cada vez mais difícil manter o negócio que os coloca no mercado.

Projetos no Congresso buscam fechar cerco e ir além das apreensões

Letícia Lopes
O Globo, de São Paulo

Propostas legislativas contra o mercado ilegal têm ganhado força no Congresso. Na última terça-feira parlamentares e representantes do setor produtivo lançaram em Brasília o Movimento Brasil Legal. Projetos de lei em tramitação no Congresso tentam preencher lacunas, com o endurecimento das punições, incluindo o segmento de comércio eletrônico, com regras para responsabilizar intermediários, sistemas de rastreamento de produtos, modernização da fiscalização digital e a integração da inteligência policial para asfixiar finanças do crime organizado, reforçando o papel do Estado com instrumentos para dismantelar redes de contrabando.

As propostas buscam ir além do combate à pirataria com ações isoladas e apreensões, estabelecendo uma estratégia permanente de inteligência fiscal e sufocamento financeiro das organizações criminosas que atuam no varejo físico ou no ambiente digital.

Uma das propostas mais aguardadas pelo setor é o Projeto de Lei (PL) 3375, de 2024, do deputado Julio Lopes (PP-RJ), que aumenta as penas para os crimes de pirataria e permite a destruição de maquinário usado na fabricação de produtos falsificados. O texto retira esse tipo de crime da classificação de "pequeno potencial ofensivo" e aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O parlamentar afirma que o objetivo é agravar o crime de falsificação, para efetivamente dar cadeia, e incluir penas pecuniárias que firam a economia dos empreendimentos criminosos.

"O objetivo é agravar o crime de falsificação para efetivamente dar cadeia"
Julio Lopes (PP-RJ)

rias que firam a economia dos empreendimentos criminosos.

O projeto altera a Lei de Patentes e eleva as punições atuais. A pena pela reprodução ilegal ou alteração de marca registrada é hoje de detenção de três meses a um ano e passa a ser de reclusão de dois a quatro anos, mais multa.

Lopes preside a Comissão Externa sobre os Atos de Pirataria e a agenda do Brasil Legal, que esta semana aprovou um relatório parcial reunindo denúncias feitas em audiências públicas e propostas legislativas para enfrentar a pirataria, o contrabando, o descaminho, a sonegação fiscal e a contrafação (cópia ou imitação não autorizada). O relatório traz três propostas consideradas prioritárias: 1) criação da Autoridade Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (Agência Antimáfia); 2) instituição do Sistema Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (Sineoc), para articular órgãos públicos; 3) combate à pirataria digital endurecendo as penas pela comercialização de produtos falsificados na internet e violação de direitos autorais e de propriedade intelectual.

O PL 3000, de 2025, já foi aprovado pelo Senado, e aguarda discussão na Câmara. A proposta, do senador Sergio Moro (União-PR), determina a perda e destruição de máquinas, produtos, subprodutos e instrumentos usados na fabricação clandestina de cigarros.

"Sabemos que muitas vezes as máquinas apreendidas voltam por leilão para o mercado ilegal, o que retroalimenta a ação criminosas. Por isso, a destruição é de suma importância", afirma Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

Depois dos casos de contaminação de bebidas alcoólicas com metanol, no ano passado, o Congresso discute também propostas para o mercado de bebidas falsificadas. Em outra frente, propõe que sites de e-commerce e marketplace tenham responsabilidade solidária pela venda de produtos falsificados em suas plataformas.

CONTEÚDO PATROCINADO POR



PHILIP MORRIS BRASIL

Proibidos ou sem regulamentação, novos produtos de tabaco e nicotina movimentam R\$ 7,9 bi por ano no mercado ilegal

Levantamento feito pela Escola de Segurança Multidimensional da USP mostra consequências graves nas áreas sociais e de segurança pública atreladas ao avanço dos produtos ilícitos no país

DIVULGAÇÃO



Miguel Matos, presidente da Philip Morris Brasil



CLAUDIO RES/CCLAB

Leandro Piquet, professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP

Diferentes produtos relacionados ao tabaco e à nicotina sem combustão — proibidos ou sem regulação no país — movimentam cerca de R\$ 7,9 bilhões por ano no mercado ilegal. A informação consta no Levantamento Nacional sobre a Demanda de Bens e Serviços Ilícitos, realizado pela Escola de Segurança Multidimensional (Esem) da Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do projeto, o professor Leandro Piquet debateu o assunto durante o Seminário Mercado Ilegal, promovido por O Globo e Valor Econômico, em Brasília, no último dia 27.

Com cerca de 10 milhões de consumidores regulares no país desses produtos, como vapes, sachês de nicotina e tabaco aquecido, a fuga da demanda para mercados ilícitos gera uma perda de R\$ 13,7 bilhões em arrecadação tributária, além de diversas consequências nas áreas sociais, de saúde e de segurança pública.

“O regime de proibição, em vez de eliminar os mercados de bens e serviços ilegais, acaba por transferi-los para a esfera do crime organizado, que se estrutura como agente econômico racional, em busca de lucro, controle territorial e corrupção sistêmica”, avaliou Piquet. O professor também analisou que a demanda tem relação

“É preciso tomar uma decisão: se queremos deixar esse mercado de produtos de tabaco e nicotina sem combustão nas mãos do Estado ou se queremos deixar seu controle em mãos ilícitas e criminosas”

Miguel Matos, presidente da Philip Morris Brasil

direta com assimetrias regulatórias, favorecendo o contrabando.

Para ele, uma regulação ideal passa pelo que é feito nos mercados europeus, norte-americano e asiáticos, onde os produtos são comercializados a partir de critérios operacionais e sanitários rígidos. Por outro lado, no mercado ilícito não há controle algum. “Os regimes de proibição não eliminam a demanda, apenas passam esse mercado para o monopólio do crime organizado”, analisou Piquet.

Miguel Matos, presidente da Philip Morris Brasil (PMB), também citou experiências internacionais na defesa da regulamentação. “O que a experiência internacional mostra é que, em países onde esses produtos são regulados, há regras claras de controle que protegem

o consumidor e retiram do mercado ilegal uma importante fonte de arrecadação”, declarou. Esses produtos são comercializados em mais de 100 países, entre eles Portugal, Itália, Suécia, Japão, Estados Unidos e Argentina.

Dados dos órgãos de saúde internacionais apontam também que regular esses produtos não trouxe aumento no consumo geral de nicotina. Países como Reino Unido, Nova Zelândia, Suécia e Japão viram o percentual de fumantes cair e o uso geral de nicotina se manter estável, enquanto, no Brasil, o número de fumantes aumentou, segundo dados do Ministério da Saúde.

Matos também destacou a posição do Brasil como maior exportador de tabaco do mundo. “Estamos falando de 150 mil famílias produtoras na Região Sul, por exemplo, que são responsáveis por mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos. O país pode deixar de ser apenas um exportador de commodities e se tornar um hub de produção de itens industrializados, como é o caso da Itália, se esses novos produtos forem autorizados.

“CHOQUE DE REFLEXÃO”

A urgência de uma regulação é avaliada por profissionais ligados ao tema como um instrumento de redução de danos perante uma demanda existente e crescente. “Eu diria que é

preciso haver um choque de reflexão por parte do legislador brasileiro em relação a áreas que estão muito fragmentadas. O legislador atua como se um problema não tivesse conexão com outro. Deve-se, por exemplo, levar em conta a complexidade e a infiltração do crime organizado na economia nacional, que impacta os custos de segurança pública, prisional e de saúde pública”, avaliou Piquet.

O levantamento da Esem revela uma alta propensão ao consumo de produtos ilegais em diversos outros setores. Ainda entre os consumidores regulares, estariam dispostos a adquirir itens ilícitos

“O regime de proibição, em vez de eliminar os mercados de bens e serviços ilegais, acaba por transferi-los para a esfera do crime organizado, que se estrutura como agente econômico racional, em busca de lucro, controle territorial e corrupção sistêmica”

Leandro Piquet, professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador da Esem da USP

1,24% dos que consomem bebidas alcoólicas (11,7 milhões), 20% dos que utilizam combustíveis (9,74 milhões), 20% dos que compram eletrônicos (3,4 milhões) e 25% dos que adquirem vestuário (9,7 milhões).

Miguel Matos vê com otimismo o debate. “Se o Brasil não permitir acesso aos novos produtos, ele tenderá a se isolar. Já é possível observar um consenso internacional na comercialização deles”, declarou. Atualmente, mais de 40% das receitas da Philip Morris International vêm da negociação do portfólio dos chamados produtos sem fumaça. Essa mudança representa uma reorientação significativa no modelo de negócios da empresa, com o cigarro tradicional perdendo espaço para alternativas como o tabaco aquecido e os sachês de nicotina ou tabaco.

Na avaliação de Piquet, as negociações sobre regulação com autoridades brasileiras ainda estão muito influenciadas por aspectos morais. “Mas elas precisam avançar, pois a proibição tem um custo social muito elevado e não acabará com a demanda”, disse.

“É preciso tomar uma decisão: se queremos deixar esse mercado de produtos de tabaco e nicotina sem combustão nas mãos do Estado ou se queremos deixar seu controle em mãos ilícitas e criminosas”, finalizou Matos.

Internacional

Estudo da OCDE e da UE mostra que falsificadores apostam no envio de pequenas encomendas e em rotas fracionadas para burlar o controle alfandegário

Pirataria movimentada US\$ 467 bi no mundo e expõe falhas na fiscalização

Daniela Fernandes
Para o Valor, de Paris

A dimensão do problema é gigantesca: os produtos falsificados e pirateados movimentam US\$ 467 bilhões por ano, o que representa 2,3% das importações globais, segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Escritório da União Europeia para a Propriedade Intelectual (Euipo, na sigla em inglês).

O tamanho desse mercado é destacado no estudo “Panorama do comércio global de produtos falsificados em 2025”, publicado pelas duas organizações no ano passado, com base em apreensões alfandegárias realizadas em 2021 — últimos dados disponíveis. “Esta é a ponta do iceberg. Não conhecemos a extensão real do fenômeno”, ressalta Morgane Gaudiau, economista da OCDE e co-autora do documento.

As centenas de bilhões de dólares em produtos falsos contam só uma parte da história. O estudo destaca que os grupos criminosos são cada vez mais ágeis para copiar rapidamente artigos com alta demanda global e se infiltrar nos mesmos canais que tornaram o comércio mundial mais rápido, com anúncios em marketplaces na internet, novas rotas logísticas e o envio de pequenas encomendas, mais difíceis de fiscalizar. “Plataformas digitais e publicidades em redes sociais têm um papel importante na venda de falsificações”, acrescenta a economista.

Não é por acaso que 65% das apreensões realizadas por autoridades alfandegárias entre 2020 e 2021 envolviam pequenos pacotes pelo correio e empresas de entrega, “o que atesta uma clara evolução voltada para métodos de expedição rápida e com baixo risco, que afetam as ferramentas tradicionais de repressão”, diz o estudo. Isso não significa que os grandes carregamentos marítimos ou aéreos deixaram de existir. A economista dá o exemplo de um barco que deixa a China lotado de mercadorias falsas e ancora, por exemplo, na Turquia, onde os produtos são enviados para os consumidores europeus em pequenos pacotes.

A adaptação dos falsificadores



Operação da polícia europeia, realizada em 2025, fechou cinco laboratórios clandestinos e uma dezena de locais utilizadas para preparar remédios falsos

não se limita ao transporte dos produtos. O relatório identifica uma estratégia de “localização” da produção. Componentes soltos, embalagens, etiquetas e outros elementos podem ser enviados separadamente para que a fabricação ou a simples montagem aconteça mais perto do mercado consumidor. A lógica é simples: quanto mais etapas e mais distante do ponto de produção, se torna mais difícil para as autoridades identificarem a origem da mercadoria falsa.

A União Europeia (UE) é, de longe, a mais afetada pela venda de falsificações. Elas representaram 4,7% das importações do bloco em 2021, o dobro da média mundial, de acordo com o estudo da OCDE/Euipo. Dados mais recentes da Comissão Europeia e da Euipo revelam que as alfândegas dos 27 países membros do bloco confiscaram 112 milhões de artigos falsos e pirateados em 2024, estimados em € 3,8 bilhões.

A grande maioria das apreensões, 98 milhões de produtos, ocorreu dentro do mercado único e o restante nas fronteiras da UE, onde falsos artigos de moda

são os mais interceptados. “Os falsificadores exploram as falhas de uma zona de livre circulação de mercadorias”, diz Gaudiau. A Europa também é bastante visada por reunir vários países ricos.

A China é a principal origem de produtos falsos, representando 45% de todas as apreensões alfandegárias declaradas em 2021 e 47% do valor total das mercadorias confiscadas, afirma o estudo da OCDE. Hong Kong funciona como um importante centro de distribuição de imitações. Na América Latina, Colômbia e México são os principais focos.

“O comércio ilegal representa uma ameaça para a segurança pública, viola direitos de pro-

“Plataformas digitais e publicidades em redes sociais têm um papel na venda de falsificações”
Morgane Gaudiau

priedade intelectual e desacelera o crescimento econômico”, afirma Mathias Cormann, secretário-geral da OCDE. Os artigos de moda e acessórios de couro, como bolsas, lideram o ranking de produtos mais falsificados e copiados, seguidos por máquinas, eletroeletrônicos e relógios.

A OCDE e a Euipo, órgão ligado à Comissão Europeia, alertam para a crescente falsificação de produtos que colocam em risco a saúde e a segurança dos consumidores, como medicamentos, peças automotivas, brinquedos e até mesmo alimentos. A Europol, polícia europeia, coordena a operação internacional Shield, lançada em 2020 e ainda em andamento, para combater o tráfico de remédios falsos e que já permitiu, por exemplo, dismantelar uma unidade de produção de cópias na Itália em um local insalubre.

A etapa mais recente, de 2025, fechou cinco laboratórios clandestinos e uma dezena de locais utilizados na preparação, além de tirar do ar dezenas de sites. “Nos Estados Unidos, cerca de 90% dos falsos medicamentos apreendidos são comprados pe-

la internet”, ressalta Gaudiau, acrescentando que os agentes de alfândega dos países ainda não estão devidamente treinados para detectar remédios pirateados.

O mercado ilegal pode trazer outros impactos ao comércio mundial. O assunto entrou na mira de Washington na disputa comercial com o Brasil, que envolveu também críticas à forma como o país combate a falsificação de produtos. O USTR, órgão comercial dos Estados Unidos, chegou a citar a rua 25 de Março, em São Paulo, como um dos principais mercados de cópias na investigação aberta com base na seção 301. Esse mecanismo permite retaliar, inclusive com tarifas, práticas consideradas injustas. Neste ano, os EUA abriram uma investigação contra o Vietnã voltada especificamente a direitos de propriedade intelectual.

A OCDE recomenda uma maior coordenação internacional, com compartilhamento de informações em tempo real entre alfândega, polícia e inteligência financeira. E também maior cooperação entre serviços postais, de transporte, empresas de logística e zonas francas.

Artigo de luxo é um dos alvos preferidos

De Paris

O luxo é um dos segmentos mais visados pelos falsificadores por conta do alto valor das peças. Em julho, agentes da alfândega americana interceptaram no porto de Louisville, no Kentucky, uma encomenda enviada de Hong Kong com 300 relógios falsos da grife suíça Audemars Piguet. Se fossem verdadeiras, as peças custariam mais de US\$ 43 milhões, segundo a autoridade alfandegária dos EUA (CBP, na sigla em inglês).

Esta foi uma das três apreensões no mesmo porto entre junho e julho e que somaram 875 imitações de relógios da marca. Muitos consumidores compram e incentivam esse mercado, mesmo sabendo que peças que valem milhares de dólares não podem ser autênticas quando são oferecidas em sites aleatórios por preços muito mais baixos, ressalta Morgane Gaudiau, economista da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os países ricos da Europa são particularmente visados pelos falsificadores de artigos de luxo. No início do ano, a alfândega alemã identificou em um container procedente da China mais de 500 pares de sapatos e 240 bolsas falsas de grifes, além de 21 mil cópias de frascos de perfumes, com valor estimado em € 1 milhão.

Há operações em grande escala na Europa contra a falsificação de artigos de luxo, sobretudo de moda. A Agência Europeia de Luta Antifraude (Olaf, na sigla em inglês) iniciou em 2024 uma investigação, ainda em andamento, que apreendeu em vários países do bloco mais de 1,8 milhão de roupas e acessórios falsos de grifes famosas, com valor estimado em mais de € 180 milhões. Em outra ação, a Olaf identificou o uso significativo das redes sociais para promover as imitações.

A Louis Vuitton é a mais visada pelos falsificadores, revela um relatório da Entrupy, empresa americana de tecnologia especializada em autenticação de peças de luxo utilizando IA e que tem como clientes revendedores de grifes, varejistas e marketplaces on-line. A marca francesa famosa por seu monograma representou sozinha um terço de todos os pedidos de verificação de autenticidade enviados à Entrupy em 2025. Desse total, pouco mais de 8% eram falsos. Já os itens da Chanel chegaram a quase 6%, diz o estudo publicado em 2026.

Grandes marcas — que têm mais meios para lançar investigações e ações na Justiça — afirmam atuar contra fabricantes e revendedores ilegais e trabalhar junto a autoridades alfandegárias, além de monitorar marketplaces e redes sociais. Em um relatório que inclui dados sobre propriedade industrial, a italiana Prada informa que suas ações globais de combate à falsificação resultaram em 2024 em mais de 1,1 milhão de artigos falsos apreendidos e cerca de 150 mil anúncios removidos de marketplaces, além de 150 mil publicações retiradas de redes sociais.

A LVMH informa em documentos corporativos que a proteção da propriedade intelectual é uma prioridade e que mantém um departamento antifalsificação para proteger suas marcas, como Louis Vuitton e Dior, com ações administrativas e judiciais para identificar e rastrear falsificações no mercado físico e na internet.

Além de medidas como essas e processos judiciais em vários países, a Chanel informa, em sua página na internet intitulada “luta contra a falsificação”, que participa de campanhas para informar os consumidores sobre os perigos ligados à falsificação, como riscos sanitários, de trabalho infantil e financiamento de atividades como venda de armas e drogas.

Procurada pela reportagem, a relojaria suíça Audemars Piguet não comentou o problema da falsificação de seus produtos. *(DF)*

OCDE associa falsificação à exploração trabalhista

Para o Valor, de Paris

O comércio ilegal de produtos falsos e o trabalho forçado são dois fenômenos “estritamente interligados”, aponta um relatório realizado em conjunto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia (Euipo, na sigla em inglês). “Os países onde a falsificação de produtos é mais intensa são os que têm menor proteção trabalhista”, ressalta Morgane Gaudiau, economista da OCDE e coautora do estudo.

O documento não cita países, mas estabelece uma correlação estatística entre a exploração da mão-de-obra e economias com alta prevalência de informalidade e trabalho infantil e forçado. Nessas regiões, multiplicam-se casos de trabalhadores que enfrentam garantias reduzidas, jornadas exaustivas, maior índice de acidentes fatais e baixa representação sindical.

É justamente essa combinação que interessa aos falsificadores de produtos: quanto menos direitos trabalhistas e mais fraca a fiscali-

zação, menor tende a ser o custo de uma produção ilegal e mais fácil se torna substituir a mão-de-obra. Na prática, é um ecossistema onde a vulnerabilidade do trabalhador não é apenas consequência dessa atividade criminosa; ela pode fazer parte do modelo econômico que torna o negócio ainda mais lucrativo.

Mesmo em países desenvolvidos, com sólidas proteções trabalhistas, grupos criminosos conseguem atuar explorando migrantes em situação irregular, o que os impede de entrar no mercado formal. A alfândega belga dismantelou em agosto uma fábrica clandestina de cigarros em Monceau-sur-Sambre,

no oeste do país, e apreendeu máquinas, 19 toneladas de tabaco e 1 milhão de cigarros.

No local, tão bem isolado que os investigadores tiveram de cortar uma parede para entrar, havia também um alojamento precário com 42 camas e documentos indicando que os trabalhadores, ausentes no momento da operação, são de origem vietnamita. Trata-se da 11ª fábrica ilegal de cigarros dismantelada na Bélgica apenas neste ano.

O relatório da OCDE/Euipo cita fábricas clandestinas de cigarros em países do leste europeu que empregavam migrantes sem documentação, alguns mantidos sob vigilância constante e impedidos de sair do local, e também casos de clandestinos coagidos por quadrilhas a vender produtos falsos nas ruas de cidades do sul da Europa. “Esses exemplos ressaltam uma realidade: a falsificação é frequentemente sustentada por práticas trabalhistas abusivas e sistemáticas, destinadas a reduzir os custos e maximizar os lucros ilícitos”, afirma o documento.

A OCDE recomenda uma maior coordenação entre autoridades alfandegárias, inspetores



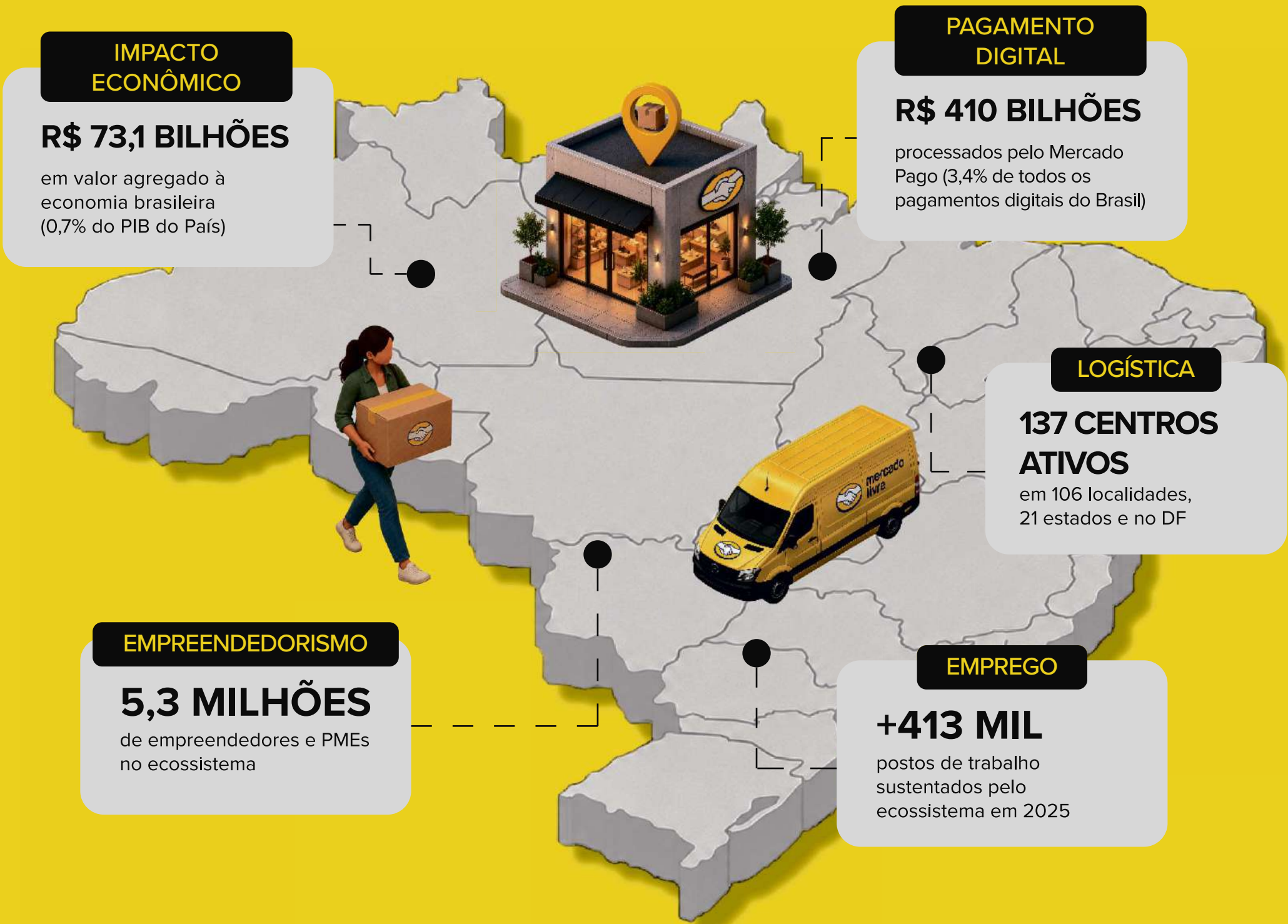
Fábrica ilegal de cigarros na Bélgica tinha condições precárias de alojamento

do trabalho e órgãos policiais. O objetivo é combinar dados de apreensões com indicadores sobre as condições dos trabalhadores para identificar setores e rotas comerciais onde a falsificação e a exploração da mão de

obra têm maior probabilidade de ocorrer juntas. As empresas também precisam reforçar a due diligence e a transparência das cadeias de fornecedores, sobretudo em regiões de alto risco, acrescenta a organização. *(DF)*

EFEITO MELI: O IMPACTO DE UM ECOSSISTEMA QUE MOVIMENTA O BRASIL

Os números que mostram o impacto do Mercado Livre na economia, nos negócios e na vida de milhões de brasileiros



60%
dos vendedores têm o Mercado Livre como principal canal de vendas

71%
fizeram sua primeira venda online na plataforma

1 EM CADA 2 PMES
usou IA pela primeira vez no ecossistema

61%
venderam para cidades onde nunca tinham vendido

56%
das PMEs usam o Mercado Pago como principal ferramenta de vendas

R\$ 15 BILHÕES
concedidos em crédito para PMEs



EFEITO MELI 2026
dados do ano de 2025

Conheça o relatório completo



Seminário Crime afeta diversos setores e prejudica arrecadação, empresas e consumidores

Sistema criminoso articulado avança sobre a economia

Henrique Lessa
Para o Valor, de Brasília

O valor das apreensões de medicamentos emagrecedores pela Receita Federal passou de R\$ 4 milhões, no primeiro semestre de 2025, para mais de R\$ 80 milhões no mesmo período deste ano. O salto é um retrato de como a economia ilegal, originada no descaminho e no contrabando, se diversificou e avançou sobre produtos diretamente ligados à saúde do consumidor. Mercadorias contrabandeadas, falsificadas ou comercializadas sem autorização — de cassetes emagrecedoras a combustíveis, defensivos agrícolas, cigarros e smartphones — passaram a fazer parte do cotidiano da população. No Seminário Mercado Ilegal, realizado em 27 de agosto em Brasília, representantes do setor produtivo, do governo e especialistas debateram a disseminação das práticas ilícitas, suas consequências e as alternativas de enfrentamento. O presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Illegalidade (FNCP), Edson Vismona, afirmou que o prejuízo provocado pelo comércio ilegal de 15 de tipos de produtos acompanha-

dos pela entidade passou de R\$ 100 bilhões, em 2014, para R\$ 473 bilhões no ano passado. Desse total, R\$ 146 bilhões correspondem a tributos que deixaram de ser arrecadados. Para Vismona, os números revelam uma mudança na natureza da ilegalidade. O país já não enfrentaria apenas crimes econômicos isolados, mas um “sistema econômico criminoso, articulado”, com capacidade de financiar outras atividades ilícitas e afetar empresas que atuam dentro da lei. A imagem do sacoleiro que atravessa a fronteira para complementar a renda também não traduz mais a dimensão do problema, segundo o superintendente regional adjunto da Receita Federal na 1ª Região Fiscal, Erivelto Moysés Torrico Alencar. “As pessoas enxergam um trabalhador que vai à fronteira, compra uma mercadoria e vende para sustentar a família. Mas não entendem que, por trás desse trabalhador, muitas vezes há uma organização criminoso”, declarou. Como exemplo, Alencar citou uma apreensão de R\$ 20 milhões em perfumes, em Campo Grande, e outra de R\$ 1,5 milhão em medicamentos emagrecedores transportados por uma única pessoa.



Lu Aiko Otta (Valor), Erivelto Moysés Torrico Alencar (Receita), Edson Vismona (FNCP) e Leandro Piquet (Escola de Segurança Multidimensional da USP)

O preço mais baixo continua, entretanto, a exercer forte atração sobre o consumidor. Coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo (Esem-USP), o professor Leandro Piquet chamou a atenção também para a assimetria regulatória entre o Brasil e países com os quais tem fronteira, com produtos proibidos por aqui e permitidos nos vizinhos. “Essas assimetrias criam um tipo de situação que as redes ilícitas exploram diretamente. Sachê de nicotina tem 1,5 milhão de usuários no país. É permitido na Argentina e no Paraguai e é proibido no Brasil”, disse. O mesmo ocorre com cigarros eletrônicos, prosseguiu. “É um mercado importante na rota de

contrabando entre as fronteiras dos três países. É uma ilusão achar que vamos conseguir regular no Brasil sem levar em conta como essa regulação é feita nos vizinhos.” Na avaliação de Vismona, a ausência de um mercado regulamentado no país entregou o abastecimento desses produtos ao comércio clandestino. “O cigarro eletrônico é proibido, mas há mais de 3 milhões de usuários consumindo um cigarro aberto, sem a blindagem da Anvisa”, afirmou. No agronegócio, o perigo está na entrada de defensivos falsificados, contrabandeados ou proibidos no Brasil. Piquet citou o paraquate, herbicida banido no país por seus riscos à saúde humana e ao meio ambiente. O pesquisador advertiu que resíduos de produtos não autorizados podem provocar prejuízos comerciais. “A falsificação e a importação ilegal desse defensivo para a soja podem ter impacto econômico grande e fechar mercados internacionais ao Brasil”, disse. As redes ilegais também encontraram no comércio eletrônico uma forma de alcançar diretamente o consumidor. Vismo-

na afirmou que empresas e entidades do setor denunciam mensalmente mais de 17 mil anúncios de cigarros ilegais encontrados em plataformas digitais. Para ele, os marketplaces devem assumir maior responsabilidade na identificação e na retirada dessas ofertas. “Os marketplaces têm tecnologia para combater isso por meio de algoritmos e inteligência artificial”, afirmou. Na fiscalização, a Receita Federal aposta no cruzamento de informações para localizar empresas criadas com a finalidade de conferir aparência legal a operações irregulares. Alencar avalia que a integração entre as notas fiscais de serviços e de mercadorias poderá ampliar a rastreabilidade das cadeias produtivas. A medida ajudaria a identificar as chamadas “empresas noteiras”: firmas abertas principalmente para emitir documentos fiscais falsos e encobrir a origem ou a circulação irregular de mercadorias. Embora a Receita Federal tenha ampliado o valor das apreensões de mercadorias ilegais de R\$ 3 bilhões, em 2022, para R\$ 4,2 bilhões, em 2025, Alencar afirmou que o órgão ainda enfrenta limitações operacionais e de pessoal. “Diversos estudos apontam que esse volume de apreensão representa entre 0,5% e 1% do

que entra irregularmente no país”, disse. Para o superintendente, o tamanho da diferença entre o que é interceptado e o que consegue chegar ao mercado mostra a necessidade de aperfeiçoar o uso de informações fiscais e ampliar a integração entre os órgãos públicos. Vismona acrescenta à discussão os efeitos da tributação e da regulação sobre a oferta de produtos ilegais. Na avaliação dele, diferenças expressivas de preço podem fortalecer o mercado clandestino, enquanto cortes orçamentários reduzem a capacidade de resposta do Estado. “O aumento da carga tributária aumenta a competitividade do produto ilegal”, disse. Para Piquet, é necessário um modelo de investigação que reúna inteligência policial, tributária e financeira. O projeto Mercado Ilegal é uma realização dos jornais Valor, O Globo e Extra e da rádio CBN, com patrocínio da Philip Morris Brasil, do Instituto Combustível Legal, do Mercado Livre e da BAT Brasil e apoio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD) e da Aegea. A mesa foi mediada por Lu Aiko Otta, repórter especial do Valor.

“Estudos apontam que as apreensões representam de 0,5% a 1% do que entra de forma irregular no país”
Moysés Alencar

Fraudes migram rapidamente no setor de combustíveis

Bruna Lessa
O Globo, de Brasília

Uma das dificuldades para combater o mercado ilegal de combustíveis está na capacidade das fraudes de mudar de lugar. Se uma medida reduz a sonegação de determinado produto, o problema encontra espaço onde a fiscalização ainda é menor. Esse movimento foi evidenciado no painel “Fraudes no setor de combustíveis: adulteração, evasão fiscal e crime organizado”, do seminário Mercado ilegal. Um exemplo está na tributação. Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), afirmou que mudanças adotadas para gasolina e diesel reduziram oportunidades de sonegação nesses produtos. O problema, segundo ele, passou a se concentrar no etanol, que ainda não segue o mesmo modelo de cobrança monofásica do ICMS. Nesse sistema, o imposto é recolhido em uma única etapa, o que reduz os pontos de cadeia sujeitos a fraude. “Temos monofasia na gasolina, mas não no etanol. Essa é a próxima etapa que estamos tentando aprovar. A grande sonegação, hoje, migrou”, explicou. A migração ajuda a explicar por que o combate ao mercado ilegal exige mais do que identificar uma lista fixa de irregularidades. O setor reúne desde adulteração do produto e sonegação até manipulação de bombas, problemas na distribuição e estruturas empresariais usadas para esconder os verdadeiros responsáveis pelas operações. Na ponta mais próxima do consumidor, a tecnologia aparece de forma bastante concreta. Kapaz relatou a existência de bombas manipuladas por chips, capazes de registrar um

volume diferente do efetivamente colocado no tanque. O setor trabalha, segundo ele, no desenvolvimento de bombas com mecanismos mais difíceis de adulterar. Também discute formas de colocar mais informações nas mãos do motorista, permitindo que ele consulte dados sobre postos e fiscalizações antes de decidir onde abastecer. Mas o painel mostrou que o problema não pode ser entendido apenas olhando para o tanque. A cadeia de combustíveis movimenta, segundo os números apresentados pelo ICL, perto de R\$ 1 trilhão por ano e gera aproximadamente R\$ 240 bilhões em arrecadação. A dimensão abre espaço para fraudes mais complexas e ajuda a atrair estruturas interessadas não apenas na venda irregular de produto, mas na circulação de grandes volumes de dinheiro. O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos Rodrigues, chamou atenção para a distância entre a forma tradicional de investigação e a velocidade das movimentações financeiras. Durante muito tempo, as instituições se especializaram em seguir a apreender bens tangíveis como dinheiro em espécie, carros, imóveis e mercadorias. Hoje, parte das operações passa por transações instantâneas, fundos, fintechs, criptoativos e estruturas societárias que podem atravessar diferentes jurisdições. “A dinâmica é outra. As instituições têm que se fortalecer, investir em tecnologia, capacitar-se, fazer benchmarking, integrar com outras agências, buscar apoio na iniciativa privada porque não há outro caminho”, afirmou Rodrigues. Essa velocidade também embaralha as fronteiras entre o cri-



A mediadora Lu Aiko Otta ao lado de Emerson Kapaz (ICL), Andrei Rodrigues (PF) e Renato Sérgio de Lima (FBSP)

me praticado nas ruas e aquele que passa por empresas ou pelo sistema financeiro. Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, chamou esse fenômeno de “convergência criminal”: recursos de atividades ilícitas entram em mercados formais, circulam por diferentes negócios e podem ser usados para ampliar o poder econômico das organizações.

“A dinâmica é outra. As instituições têm que se fortalecer, capacitar-se”
Andrei Rodrigues

O setor de combustíveis é um exemplo porque, além de seu tamanho, se conecta diretamente com outras atividades. Lima citou o garimpo ilegal na Amazônia: para que máquinas e equipamentos funcionem em áreas remotas, combustível precisa chegar até elas. A irregularidade em uma cadeia, portanto, pode sustentar outra. “A economia formal pode ser capturada para retroalimentar o poder de organizações”, afirmou Lima. A preocupação dos participantes não é apenas com a existência dessas conexões, mas com a dificuldade de o Estado enxergá-las. Mercados são regulados por órgãos diferentes, com bases de dados, competências e regras próprias. Uma informação relevante para uma investigação policial pode estar nas mãos de uma agência reguladora ou de uma

administração tributária — e o inverso também é verdadeiro. Durante o painel, ele citou exemplos como telecomunicações e fintechs, para mostrar como limites criados para simplificar a fiscalização podem deixar determinadas atividades abaixo do radar dos órgãos de controle. A organização criminosa, ao contrário do Estado, não precisa respeitar a divisão entre setores. É por isso que parte das soluções discutidas passou menos pela criação de novos crimes e mais pelo aperfeiçoamento da fiscalização. Lima argumentou que o debate de segurança pública costuma recorrer primeiro ao Direito Penal, mas instrumentos administrativos podem impedir que determinada prática cresça a ponto de exigir uma grande operação policial. Rodrigues fez raciocínio se-

melhante ao defender que as informações descobertas pela PF não terminem no inquérito. Investigações envolvendo fundos ou fintechs, por exemplo, podem revelar falhas que precisam ser conhecidas por Banco Central (BC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso dos combustíveis, a rede inclui também ANP, Receita Federal, fiscos estaduais e empresas do setor. O desafio é transformar essa troca em rotina, e não apenas em reação a uma grande operação. Alguns instrumentos já avançaram. Kapaz destacou as regras contra o chamado devedor contumaz. Também defendeu ampliar a troca de informações entre a ANP e os fiscos estaduais, reforçar a capacidade de fiscalização da agência e aperfeiçoar punições. Nenhuma dessas medidas, porém, é apresentada como solução definitiva. A própria discussão sobre etanol mostra o motivo: controles que funcionam em um ponto podem deslocar o problema para outro. Essa talvez seja a principal conclusão deixada pelo painel, que foi mediado por Lu Aiko Otta, repórter especial do Valor. Fiscalização não é uma tarefa que chega ao fim quando uma operação desarticula determinada estrutura ou uma nova regra entra em vigor. O mercado ilegal acompanha essas mudanças, testa seus limites e procura o espaço menos protegido. Para o poder público, portanto, o desafio não é apenas correr atrás da fraude que já existe. É fazer com que as informações produzidas por polícias, agências reguladoras, autoridades tributárias e empresas circulem com velocidade suficiente para identificar onde ela pode aparecer em seguida.

Valor^{PRO}



Velocidade e precisão para quem decide.

No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.



Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Baixe grátis o aplicativo e experimente!



Seminário Especialistas defendem cooperação entre setor público, e-commerces e a sociedade para frear a circulação de itens falsificados

Bebida destilada ilícita representa 28% do total vendido

Henrique Lessa
Para o Valor, de Brasília

A crise das bebidas falsificadas e adulteradas com metanol, que resultou em 25 mortes confirmadas em 2025, deixou o país perplexo e escancarou a necessidade de reforçar o combate a esse tipo de crime. Embora a venda de produtos falsificados e adulterados represente grave ameaça à saúde pública, a repressão à produção e ao comércio de produtos ilegais ainda é um desafio que exige integração entre governos e setor produtivo, destacaram os participantes do Seminário Mercado Ilegal.

A pirataria de bebidas ultrapassa a fraude comercial e o crime pode se transformar em grave problema sanitário, colocando vidas em risco. Em 2025, segundo o Ministério da Saúde, foram 76 casos de intoxicação por metanol associados ao consumo de bebidas alcoólicas, 25 deles fatais.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), José Eduardo Cidade, 28% do volume de destilados comercializados no Brasil apresenta algum tipo de ilícitude, incluindo sonegação fiscal, contrabando, descaminho, produção sem registro e falsificação. Esta última representa uma parcela menor do mercado ilegal, mas está entre os crimes de maior risco à população.

“A falsificação representa 4,7% desses produtos, mas a crise do metanol trouxe uma referência muito especial a isso. O falsificador usa o etanol combustível: um litro de álcool faz três litros de destilado. Na crise do metanol, misturaram metanol ao etanol e isso foi para a bebida, causando mortes e cegueira”, destacou Cidade, em painel mediado por Brunno Mello, da rádio CBN. Cidade também apontou a perda de arrecadação no setor provocada pelo mercado ilegal, estimada em R\$ 28 bilhões em 2024. O valor equivale a cerca de 13% das despesas da União com ações e serviços públicos de saúde naquele ano.

A crise do metanol gerou, à época, medidas urgentes, como a suspensão temporária de anúncios de destilados em algumas plataformas. Também levou ao reforço de restrições que permanecem vigentes, como destacou o diretor jurídico sênior do Mercado Livre, Ricardo Lagreca. “Rótulo é proibido, garrafa vazia de bebida é proibida. Tem anúncio agora que eles falam ‘garrafa para artesanato’, para fazer abajur. Mas de fato, se a gente chegar à conclusão que não é para abajur, vamos excluir”, disse o executivo. E completou: “Não existe uma solução de um só agente para resolver o problema. Precisamos de uma colaboração de todos

para ser efetiva”, afirmou Lagreca, defendendo o apoio de marketplaces, autoridades, agências, marcas e Receita Federal.

Para Daniel Carnaúba, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a estratégia capaz de interromper os fluxos do mercado criminoso depende justamente dessa integração. “Houve uma cooperação desses três setores que estão aqui à mesa na crise do metanol que enfrentamos no ano passado. O governo montou uma mesa de crise que se reunia diariamente para tratar do assunto. A gente mandou um ofício a todos os marketplaces, pedindo para que eles suspendessem a venda de garrafas e insumos que poderiam potencialmente ser utilizados para falsificação de bebidas. Eles imediatamente retiraram”, afirmou.

Além da falsificação, Lagreca destacou o esforço dos market-

“Mercado digital nos lança desafios pela gama de vendedores descentralizados”
Daniel Carnaúba



Brunno Melo (CBN, à esq.), Ricardo Lagreca (Mercado Livre), José Eduardo Cidade (ABBD) e Daniel Carnaúba (Senacon)

places para remover anúncios banidos por razões sanitárias, como dos vapes — dispositivos eletrônicos para fumar, populares como cigarros eletrônicos, mas proibidos no Brasil pela Anvisa. O monitoramento exige investimentos pesados, hoje centrados em inteligência artificial. “Foram mais de US\$ 100 milhões em inteligência artificial para potencializar o que antes era apenas uma denúncia para baixar um anúncio. Hoje, na média, uma denúncia baixa 100 anúncios. Produtos como vapes e garrafas vazias são proibidos”, afirmou.

Conforme Carnaúba, o ambiente digital, ao mesmo tempo em que cria desafios, fornece instrumentos capazes de ampliar o controle. “O mercado digital nos lança desafios pela gama de vendedores descentralizados. Por outro lado, a utilização de algoritmos permite um controle muito mais fino do que no mercado físico”, disse o dirigente.

Para Cidade, a punição fraca aplicada hoje aos falsificadores representa um estímulo à reincidência criminosa. Ele defende que o crime passe a ser tipificado já na posse de insumos destina-

dos à falsificação. “Se eu encontrar 200 garrafas vazias, rótulos e tonéis com etanol, hoje não se criminaliza a posse desses insumos. Assim o problema não vai ser resolvido. Há um projeto no Senado para isso”, afirmou o executivo ao comentar o PL 5.807/2025, que prevê, em determinadas condições, a criminalização da posse de artefatos e embalagens destinados à falsificação.

O consenso entre os participantes é que a proteção do consumidor e o combate à falsificação exigem medidas integradas, combinando inteligência digital, fiscalização e operações policiais em campo. Nesse esforço, marketplaces e fintechs são atores que já colaboram em investigações desse tipo de crime, segundo Lagreca. O executivo citou as informações já enviadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). “O Mercado Pago (fintech do marketplace) reporta operações suspeitas ao Coaf. Juntando as informações com inteligência, já foram feitas mais de 40 operações com mais de 50 toneladas de produtos apreendidos”, revela.

A presença das forças de segu-

rança nas fiscalizações de campo é apontada como indispensável por Cidade, já que o setor enfrenta estruturas do crime organizado. “A ação integrada da Receita Federal, do Ministério da Agricultura, da Anvisa, do Procon, se não estiver com a polícia junto, não resolve. É o crime organizado que está por trás desse processo”, ressaltou o presidente da ABBD.

Para o diretor do DPDC/Senacon, a chave da estratégia reside na articulação entre todos os elos do processo. “Não acho que exista um agente mais importante entre todos. Mas existe um fator que é o mais importante de todos: a cooperação entre eles”, disse Carnaúba. Essa articulação precisa ultrapassar a parceria entre o setor privado e o poder público, engajando o consumidor na identificação e denúncia do comércio ilegal para reforçar a proteção do mercado.

Nessa ponta, a checagem por parte da população começa no bolso, aponta Cidade. “Um dos primeiros indícios de que a bebida é ilegal é o preço. Se tiver mais de 30% de diferença, desconfie. Não adianta só orientar o consumidor sem integração entre produção, fiscalização, distribuição e venda.”

Ausência do Estado alimenta a indústria dos ‘gatos’

Bruna Lessa
O Globo, de Brasília

Um “gato” pode nascer da dificuldade de pagar a conta, ser usado por um condomínio para reduzir custos ou virar receita de uma facção criminosa. Sob o mesmo apelido convivem ligações clandestinas de energia e água, serviços irregulares de internet e redes internacionais que usam equipamentos piratas para cometer crimes cibernéticos. Distinguir as situações é parte do desafio de enfrentar uma economia clandestina que atravessa serviços básicos e distribui custos para a sociedade.

Foi esse retrato que orientou o painel “Os ‘Gatos’ no Brasil: o aumento da pirataria no setor de serviços”, mediado por Fabio Graner, repórter especial e colunista do O Globo, no seminário Mercado Ilegal. O debate mostrou que o problema já não cabe na ideia de fraude individual. Em parte do país, ele se mistura à ausência do Estado, à dificuldade de acesso a serviços e à expansão do crime organizado sobre atividades do cotidiano.

Para Francisco Lucas Costa Veloso, secretário nacional de Segurança Pública, é preciso separar, de um lado, o consumidor que busca vantagem ao contratar ou usar um serviço ilegal, mesmo fora de áreas dominadas por criminosos, e de outro, moradores de territórios controlados por organizações que transformam a população em mercado cativo.

Segundo Veloso, grupos que antes recorriam a atividades econômicas, principalmente para lavar recursos, perceberam que esses mercados poderiam se tornar negócios por si mesmos. Serviços essenciais têm demanda permanente e podem oferecer margens elevadas com riscos diferentes de atividades como o tráfico de drogas. “O crime organizado percebeu que, ao migrar para o mercado ilegal, ele tem menos riscos.”

Nesse modelo, o domínio territorial se combina ao controle econômico. Em locais marcados pela

ausência do poder público e pela informalidade, grupos criminosos podem ocupar o espaço de fornecedores de serviços, cobrar por eles e ampliar sua influência sobre a população. Para Veloso, enfrentar essas estruturas depende de operações policiais, mas também de regularização urbana e da ampliação da presença estatal.

Essa transformação já é perceptível nas telecomunicações. Gesiléa Fonseca Teles, superintendente de fiscalização da Anatel, relatou que há áreas nas quais os próprios fiscais da agência encontram dificuldades para entrar. Também existem casos em que provedores formalmente regulares acabam submetidos à ação de criminosos. Isso cria um desafio adicional para a fiscalização: uma empresa pode ter autorização da Anatel e cumprir suas obrigações perante o regulador, mas estar sob controle ou influência de uma facção.

Segundo Teles, já há registros de cortes de cabos e destruição da infraestrutura de concorrentes que não se submetem a esses grupos. “O crime organizado percebeu que, por exemplo, internet pode ser mais lucrativo do que droga, até porque todo mundo precisa pagar pela internet e utiliza”, disse.

Uma dimensão internacional do problema aparece na pirataria audiovisual. A Anatel estima que existam entre 4 milhões e 6 milhões de TV Boxes nas casas dos brasileiros. Desde 2018, mais de 10 milhões de produtos de telecomunicações não homologados foram retirados do mercado, dos quais 1,6 milhão eram TV Boxes piratas. O risco, segundo a agência, vai além do acesso irregular a filmes, séries ou transmissões esportivas. Equipamentos sem os requisitos adequados de segurança cibernética podem servir como porta de entrada para criminosos acessarem informações armazenadas em outros dispositivos conectados à mesma rede doméstica. Em algumas situações, o endereço de IP do próprio consumidor pode ainda ser usado na prática de crimes.



Gesilea Teles (à esq.), Fabio Graner (mediador), Leandro Caixeta, Francisco Veloso, Patrícia Audi e Cristiane Ferreira

Para lidar com equipamentos que já estão instalados, a Anatel criou um laboratório antipirataria que identifica, por engenharia reversa, os endereços usados pelas caixas para acessar os serviços. A agência, então, determina que as operadoras bloqueiem esses endereços, impedindo a conexão.

Na energia elétrica, a ilegalidade aparece também diretamente no bolso de quem paga a conta. Leandro Caixeta, superintendente de gestão tarifária e regulação econômica da Aneel, afirmou que 7,2% de toda a energia produzida no país é consumida sem ser paga por quem a utilizou. São 45 terawatt/hora (TWh), volume superior à geração anual da usina de

“Crime organizado percebeu que, ao migrar para o mercado ilegal, ele tem menos riscos”
Francisco Veloso

Belo Monte, citada por ele no painel e suficiente, segundo o superintendente, para abastecer Uruguai, Paraguai e Bolívia juntos.

O custo das fraudes e furtos é estimado em R\$ 11,5 bilhões por ano. Cerca de dois terços desse montante acabam reconhecidos nas tarifas, enquanto a parcela restante se transforma em prejuízo para as distribuidoras. Na média nacional, aproximadamente 3% da conta de luz está associada a essas perdas. O problema, porém, está longe de ser uniforme. No Sul e no Centro-Oeste, as perdas ficam entre 2,5% e 3% da energia. No Norte, chegam a 20%. “On-de há mais violência, há mais roubo de energia elétrica; onde o Estado está mais ausente, seja porque não tem água encanada, esgotamento sanitário ou coleta de lixo, há mais perda de energia elétrica”, afirmou Caixeta.

A presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Patrícia Audi, observou que o furto não ocorre só em comunidades pobres ou entre consumidores que não conseguem arcar com a

tarifa. Há também fraudes em grandes empreendimentos e condomínios, além de adulterações de medidores. Ao mesmo tempo, em regiões controladas por grupos armados, a própria tentativa de fiscalização pode colocar trabalhadores em risco. “Estamos falando de equipes da Light (no Rio de Janeiro) que tentam adentrar em territórios e são recebidas com drones lançando granadas”, exemplificou Audi.

A executiva citou ainda o chamado “gato solar”, nome usado pelo setor para a diferença entre a capacidade de geração de painéis solares comunicada às distribuidoras e aquela efetivamente identificada no sistema. Segundo estimativas, essa diferença varia de 11 a 14,8 gigawatts e aumentaria cerca de 1,3% a conta de consumidores regulares, além de gerar prejuízos às distribuidoras.

Há também irregularidades no compartilhamento de postes com empresas de telecomunicações. De cerca de 19 mil provedores mencionados no debate, apenas em torno de 4 mil teriam contratos regulares com as distribuidoras. A

regularização, segundo a Abradee, poderia elevar a receita associada ao uso dessa infraestrutura e, conseqüentemente, aumentar o valor destinado à redução das tarifas.

No saneamento, o debate focou na necessidade de diferenciar fraude deliberada de vulnerabilidade social. Christianne Dias Ferreira, diretora-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Abcon), disse que 39% da água produzida no país é perdida. A maior parte por vazamentos e problemas físicos das redes, mas 14% são as chamadas perdas aparentes, categoria que engloba ligações clandestinas, fraudes e falhas de medição. Em 2024, elas representaram R\$ 3,6 bilhões.

Para Ferreira, parte das conexões irregulares precisa ser analisada juntamente com a ausência de infraestrutura e a incapacidade das famílias de pagar pelo serviço. Tratar da mesma maneira consumidores vulneráveis e pessoas ou empresas que fraudam o sistema, argumentou ela, dificulta o enfrentamento do problema.

Uma das estratégias é ampliar o acesso às tarifas sociais e a programas que ajustem a cobrança à capacidade de pagamento. A meta do setor é reduzir as perdas totais de cerca de 40% para 25% até 2033, prazo previsto para a universalização dos serviços de saneamento. Tecnologia, inteligência de dados, modernização das redes e georreferenciamento são outros instrumentos para diminuir as perdas. Mas, assim como na energia e nas telecomunicações, representantes do setor consideram que as medidas precisam caminhar junto com políticas mais amplas de inclusão e regularização dos territórios.

Essa também é a aposta para a segurança pública. Veloso defendeu que a retomada de áreas controladas pelo crime não termine com a entrada das forças policiais. Territórios sem CEP, cadastro imobiliário ou acesso regular a serviços básicos deixam espaços para criminosos. Outra frente é atacar o dinheiro com mercados ilegais.

Seminário Fragmentação entre órgãos públicos dificulta investigações e o rastreamento dos recursos

Não faltam leis, falta atuação coordenada

Henrique Lessa
Para o Valor, de Brasília

Simplesmente elevar penas para crimes relacionados ao mercado ilegal e ao crime organizado tem efeito muito limitado, avaliaram os participantes do seminário “Mercado Ilegal”, realizado no dia 27 de agosto em Brasília. No painel de encerramento do evento, a avaliação foi que o maior entrave para mudar esse cenário no Brasil não está na falta de leis, mas nas falhas de execução e de integração entre os órgãos de segurança pública e de regulação.

Diante de organizações criminosas com grande capacidade financeira, ampliar punições pouco serve se o Estado não conseguir atingir o patrimônio e as fontes de financiamento que sustentam essas estruturas. Sem fiscalização eficiente e aplicação efetiva das regras existentes, os custos da ilegalidade acabam recaindo sobre o cidadão.

“Eu acredito que a asfixia financeira é o alvo que a gente tem que atacar”, afirmou a secretária nacional de Justiça, Maria Rosa Guimarães Loula, em painel mediado por Fabio Graner, repórter especial e colunista do O Globo. Segundo ela, alcançar esse objetivo depende da cooperação jurídica internacional.

Ao tratar da Lei Antifacção (Lei nº 15.358/2026), apontou como avanço legislativo a ação civil de perdimento, que “dissocia a possibilidade de recuperar o ativo da condenação criminal”.

Para Loula, soluções isoladas não funcionam, já que nenhum órgão consegue cobrir todas as áreas. E ressaltou que não há uma “bala de prata” para solucionar o problema. O enfrentamento, acrescentou, exige “um trabalho de toda a sociedade”.



Fabio Graner (à esq.), do O Globo, Ronaldo Medina, especialista em tributação e aduana, Maria Rosa Loula, secretária nacional de Justiça, e Ricardo Saadi, do Coaf

O presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Ricardo Andrade Saadi, explicou que o rastreamento de bens, direitos e ativos de organizações criminosas ajuda as investigações a compreenderem toda a estrutura, a logística e a forma de atuação dessas facções criminosas.

Ele dimensionou o volume de informações recebidas pelo órgão: “O Coaf recebe anualmente 7,5 milhões de comunicações: 30 mil comunicações por dia útil.” O dado, referente a 2024, corresponde apenas às comunicações sobre movimentações financeiras consideradas suspeitas, encaminhadas pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional. O dirigente ainda ressaltou que o Coaf produz a inteligência financeira, mas não conduz a investigação criminal.

Para o especialista em tributação e aduana Ronaldo Lázaro Medina, o Código de Defesa do Contribuinte trouxe avanços ao disciplinar o devedor contumaz. Segundo ele, a criação de empresas de fachada pelo crime, a inadimplência tributária deliberada e outros mecanismos de fraude corroem a arrecadação pública e criam distorções concorrenciais que atingem empresas regulares e consumidores.

Medina afirmou ainda que a

“Eu acredito que a asfixia financeira é o alvo que a gente tem que atacar”
Maria Rosa Loula

estrutura tributária pode ampliar os incentivos à fraude em determinados setores: “Quando maior a carga tributária, maior a alíquota, maior o prêmio para a sonegação.”

Outro ponto central para a escalada do mercado ilegal no país é a tolerância social. “Existe no Brasil uma cultura muito permeável a esse tipo de ilícito”, destacou Medina. Segundo ele, o consumidor acredita ter o “direito de ter acesso a um bem ou um serviço pagando menos, mesmo sabendo que está sendo distribuído pelo crime organizado”.

Para Saadi, a lógica econômica está no centro de boa parte das atividades criminosas. “Na maioria das vezes, o objetivo é econômico”, afirmou. “Eles não entram na cadeia de combustíveis só para lavar dinheiro. É impor-

tante para eles entenderem e dominarem toda a logística”.

A atividade criminosa também produz graves impactos sobre a economia formal e movimentar recursos fora dos circuitos regulares. Para a secretária nacional de Justiça, é necessário chamar o consumidor à responsabilidade: “O cidadão que compra um item fruto de receptação ou de descaminho tem como saber que o valor não corresponde ao praticado licitamente no mercado”.

Outra barreira ao combate ao mercado ilegal são os limites territoriais e administrativos da atuação estatal, que depende de mecanismos de cooperação, enquanto o crime organizado opera além das fronteiras com maior agilidade.

Saadi destaca que a disputa também é tecnológica e que é necessário ampliar a cooperação in-

ternacional e capacitar agentes públicos para atuar nessa esfera. Apesar dos acordos firmados pelo Brasil, pedidos de informação enviados a outros países são ainda, muitas vezes, incompletos, o que atrasa respostas e até mesmo impede a resolução de alguns casos.

Para Loula, a perspectiva internacional é fundamental. “Não faz sentido pensar local quando a gente fala dessa economia ilícita. Porque ela lava dinheiro no exterior, ela opera com mercados que são mais porosos ou mais negligentes.” A secretária também critica a fragmentação institucional do Estado e lembra que “o crime organizado não tem caixinhas de competência”.

Medina também reconhece a dificuldade e aponta que essa fragmentação, inclusive orçamentária, dificulta a implementação de estratégias mais eficientes de fiscalização do mercado ilegal e de repressão, muitas vezes limitadas pela falta de recursos dos órgãos estatais. “Nós não temos uma gestão orçamentária e financeira articulada para a cooperação”, disse.

Ele também observou que a situação se agrava no nível municipal, que, segundo ele, é o âmbito em que tudo ocorre. “Acontece o gato de energia, o gato de internet, onde acontece a distribuição do cigarro contrabandeado. Aí nós não temos nada”, disse.

No encerramento do painel, os participantes reforçaram que o Brasil não precisa de novas leis, mas de capacidade para aplicá-las: aproximar as normas da prática investigativa, integrar instituições e assegurar orçamento estável para as ações de fiscalização. Só assim, avaliaram, será possível atingir os fluxos financeiros que sustentam o crime.

QUEM GANHA QUANDO O PRODUTO ILEGAL CUSTA MENOS?

Em 2024, o mercado ilegal de bebidas movimentou

R\$ 55
BILHÕES

O país perdeu

R\$ 28
BILHÕES
em arrecadação.

E produtos ilegais chegaram ao consumidor

35%
MAIS BARATOS,
em média.

Quando a tributação é desequilibrada, o produto legal perde competitividade.
O ilegal ganha receita. E o crime ganha recursos.



Combater o mercado ilegal exige mais do que fiscalização.



Exige tributação equilibrada, que não transforme a ilegalidade em um negócio ainda mais vantajoso para criminosos.



Menos ganho para o ilegal. Mais segurança para a sociedade.

Fonte Euromonitor international 2024

Entrevista Especialista em compliance e finanças, Angelo Calori defende que campanhas educativas precisam chocar e conectar o consumo à violência

‘É preciso tirar o consumidor da posição de vítima’

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

Quando circulava, no centro de São Paulo, pelos corredores e arredores da Galeria Pagé, em busca de entrevistados para sua pesquisa de mestrado, Angelo Calori se impressionou com a quantidade de pessoas que carregavam sacolas pretas, usadas para esconder compras de produtos pirateados, roubados ou contrabandeados. Também lhe chamou atenção o vendedor que oferecia dispositivos de eletrochoque na calçada, perto de dois policiais e de uma placa informando que é proibida a venda e o consumo de produtos ilegais. “A comercialização de itens ilegais lá é muito normal, chega a ser ostensiva”, afirma ele. “Ninguém tem medo de vender nem vergonha de comprar, nem mesmo armas de choque com a PM do lado.”

Especialista em governança, compliance e crimes financeiros e fundador da consultoria Calori Compliance, Calori transformou as observações e entrevistas feitas na região da rua 25 de Março, em São Paulo, no estudo “Crenças éticas do consumidor sobre o consumo de produtos ilegais no Brasil”, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). O trabalho mostra que, embora muitos reconheçam que determinadas práticas são erradas, continuam comprando, motivados sobretudo pelo preço e pela disponibilidade, com diferentes justificativas para a aquisição — da corrupção do governo à solidariedade com os vendedores.

Confira na entrevista abaixo as principais conclusões de Calori sobre o consumo de produtos ilegais e formas de freá-lo:

Valor: Quem compra esses produtos percebe que são ilegais?
Angelo Calori: Na maioria das

vezes, percebe e faz do mesmo jeito.

Valor: Mas, conforme sua pesquisa, parte das pessoas que compram produtos de procedência duvidosa condenam outras práticas ilegais, como alterar o medidor de luz ou levar para casa toalhas de hotéis. Como explicar essa aparente contradição?

Calori: Se eu perguntar para um grupo de pessoas quem é ético, como faço em palestras, 100% das pessoas levantam a mão. O mesmo vale aqui: os consumidores condenam o mercado ilegal, mas isso não significa que não se engajem nele. É que a tendência é se distanciar do ato para nem ter que pensar nele. A ciência comportamental explica isso dividindo o cérebro em dois sistemas. O sistema 1 é preparado para respostas rápidas, para o cérebro economizar energia sem ter de pesquisar informações para a decisão. Então, com tudo automatizado, a pessoa tende a não se questionar sobre a ação. Mas, quando eventualmente existe algum questionamento, entra em campo o sistema 2, que busca justificativas. É quando a pessoa busca argumentos para racionalizar o ato de consumir produtos ilegais.

Valor: Quais são os argumentos utilizados pelo consumidor para essas compras?

Calori: Disponibilidade e preço são os principais. As pessoas falam: “é o único jeito que eu tenho de comprar”. No meu estudo, a maioria das pessoas reco-

"Disponibilidade e preço são os principais [motivadores]. As pessoas falam: 'É o único jeito que eu tenho de comprar'"

nhecia que comprar DVDs e CDs piratas era errado por prejudicar a indústria e os artistas. Ainda assim, parte delas já tinha feito, alegando ser mais barato. O mesmo vale para a compra de aparelhos desbloqueadores de sinais de TV por assinatura. A maioria dos participantes desaprova a prática por ser desonesta e lesar empresas. Mas, por outro lado, concorda com a compra ou compreende quem faz, justificando que os preços são absurdos. Também alegam: se o produto está à venda, o poder público não fechou o lugar e eu pago pela mercadoria, por que não levar? Pois, se eu não levar, alguém leva. É o efeito da manada. A lógica é: se eu não fizer, sou trouxa.

Valor: E quais são outras justificativas comuns para a compra de produtos ilegais?

Calori: Uma das racionalizações é a solidariedade. A pessoa se solidariza com o vendedor porque ele precisa trabalhar. Veja, por exemplo, no metrô. Se a segurança pegar um ambulante, o pessoal que está no vagão vai se solidarizar com ele porque acredita que está trabalhando. Outra camada é condenar o condenador. Alegam que, se o governo rouba também, por que eu não vou roubar? Ou pensam: Netflix já ganha muito, então, posso assistir sem pagar. Aqui me refiro ao consumidor que tem escolha, diferentemente de quem, em determinados lugares, só pode comprar, por exemplo, gás da facção que domina sua região.

Valor: Se o preço é uma justificativa comum, como justificar o consumo de produtos ilegais, como bolsas falsificadas compradas por mulheres da classe A?

Calori: O consumo de produtos ilegais não é exclusivo das classes mais baixas, porque não está relacionado apenas à renda. Nas classes mais altas, a prática pode assumir outras formas, como trazer bens do exterior aci-



“O consumidor precisa entender que fomenta o mercado ilegal consumindo e vive as consequências diretamente”

ma da cota sem declarar, subdeclarar patrimônio no imposto de renda ou explorar brechas e zonas cinzentas da legislação com apoio técnico especializado. O mecanismo é semelhante: buscar uma vantagem e depois construir uma racionalização para o próprio comportamento.

Valor: Existem comportamentos ilegais mais toleráveis do que outros para os consumidores?

Calori: O roubo é moralmente menos aceito porque existe a percepção de uma vítima direta. Já no contrabando e na falsificação a percepção é de um crime sem vítimas. Mas percepção não significa não consumir produtos roubados.

Valor: E por que, ainda assim, as pessoas compram produtos roubados?

Calori: Como eu disse, as pessoas se distanciam do ato para nem ter que pensar nele e preservar sua autoimagem ética. E, quando não se distanciam, racionalizam o ato. Alegam, por exemplo, que não têm como saber que o produto vem de roubo ou de práticas criminosas que alimentam o crime organizado. Foi o caso de um vendedor da feira de Acari, conhecida pela venda de mercadoria roubada no Rio de Janeiro [e fechada pela prefeitura em 2024]. Ele dizia que, se o produto é roubado, ele não sabe, mas que jura pela sogra que não foi ele, como vi em uma reportagem de O Globo. A

mesma lógica vale para os compradores. Na imensa maioria das vezes, nem na frente do espelho as pessoas admitiriam que compram produtos roubados.

Valor: Depois da compra, os consumidores podem se arrepender da aquisição de produtos ilegais?

Calori: As pessoas não se arrependem por financiar o crime. Elas se arrependem quando se dão mal pela falta de qualidade. Comprou, pagou, ainda que barato, mas não teve o que queria, porque quebrou rápido.

Valor: Diante de tudo isso, quais as ações mais efetivas no combate ao mercado de produtos ilegais?

Calori: O mercado ilegal existe porque o consumidor consome ou o consumidor consome porque o mercado fornece? É preciso atuar nas duas pontas. De um lado, o combate ao crime organizado, com ações como o fechamento de fronteiras, apreensão de cargas e atuação em locais que vendem

"As pessoas não se arrependem por financiar o crime. Elas se arrependem quando se dão mal pela falta de qualidade"

produtos ilegais. De outro, é preciso mirar os consumidores.

Valor: O que seria então eficiente para convencer o consumidor a não comprar produtos ilegais?

Calori: Primeiro é preciso tirar o consumidor de produtos ilegais da posição de vítima e colocá-lo como parte responsável. Para isso, é preciso sair de uma visão puramente legalista ou formal demais. Para uma mudança de comportamento, a gente tem que deixar de ser um pouco ingênuo, de achar que só dizer a regra é suficiente. Não é. Precisamos olhar pelo viés da cognição das pessoas. Eu, por exemplo, não colocaria aquela plaquinha que está lá na Galeria Pagé dizendo que é proibido por lei a comercialização e o consumo de produtos ilegais. Eu colocaria a plaquinha embaixo de uma imagem de um assalto, com alguém perdendo o celular por conta disso. É que aí existe uma vítima clara. O consumidor vai começar a conectar, porque já conhece alguém que sofreu isso ou já teve o celular roubado. E entenderá que, comprando ali, faz parte disso de alguma maneira. Então, eu acho que a gente precisa, com cuidado, chocar um pouco mais com a realidade, e não só teoria. O consumidor precisa entender que fomenta o mercado ilegal consumindo e vive as consequências diretamente em menos investimento em educação, em saúde, e na maior violência.

Disposição para compra de ilícitos é maior na classe A

De São Paulo

Alguns compram no camelô. Outros, desembolsam mais de R\$ 8 mil numa bolsa falsificada. O consumo de produtos ilegais no Brasil atravessa as classes sociais e, na contramão do senso comum, tem maior propensão entre a população de maior renda. É o que revela o primeiro Levantamento Nacional sobre a Demanda de Bens e Serviços Ilícitos no Brasil, realizado pela Escola de Segurança Multidimensional, da Universidade de São Paulo (Esem-USP), em parceria com o instituto de pesquisa Ipsos.

O levantamento ouviu 3 mil pessoas no ano passado para analisar cinco grandes mercados de produtos ilegais: combustíveis, bebidas alcoólicas, eletrônicos, vestuário e o segmento de tabaco e nicotina. A propensão à compra varia de 20%, para combustíveis e eletrônicos, a 25% em vestuário. No caso dos cigarros eletrônicos, a parcela aferida é menor, de 12%.

Os percentuais refletem a disposição para a aquisição, e não necessariamente o consumo efetivo. Para isso, o estudo considerou respostas a perguntas sobre situações hipotéticas, como a possibilidade de adquirir um item ilegal se fosse mais barato, indicado por um parente ou tivesse qualidade semelhante. Em todos os mercados, com exceção das bebidas alcoólicas, é da classe A que vem o maior potencial de

Propensão ao consumo ilegal por setor					
Conforme classe social - em %					
Mercados	Classe A	Classe B	Classe C	Classe DE	Geral
Vestuários	30,0	29,0	25,0	19,0	25,0
Bebidas alcoólicas	23,0	24,0	25,0	22,0	24,0
Combustíveis	25,0	21,0	19,0	13,0	20,0
Eletrônicos	27,0	24,0	20,0	14,0	20,0
Cigarros eletrônicos	22,0	16,0	11,0	6,0	12,0
Tabaco aquecido	11,0	7,0	5,0	1,0	5,0
Sachês nicotina	7,0	4,0	2,0	0,3	3,0

aquisição ilegal. Nos eletrônicos, por exemplo, a possibilidade é de 27%, em comparação com 20% na classe C e 14% nas D e E.

“Quem mais consome em geral é também quem mais consome produtos ilegais”, diz Leandro Piquet, coautor do estudo, professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP. “O que é surpreendente é que, geralmente, esse segmento está associado a maior escolaridade e maior conhecimento das regras, mas isso não se traduz em diferença na propensão e no comportamento em direção a mercadorias ilegais”, ressaltou Piquet.

Nesse público, originais e falsificados podem conviver no mesmo guarda-roupa, como conta Suzane Strehlau, professora da ESPM e coautora do estudo “Prontidão ao Consumo de Marcas de Luxo Falsificadas”. Ela lembra o caso de uma mulher que combinava terninho Issey

Miyake e sapatos Ferragamo com uma bolsa falsificada. “Mas, com ela usando esse conjunto, ninguém achava que a bolsa dela era fake”, conta Strehlau.

A escolha, segundo ela, pode estar relacionada ao tipo de risco associado a cada item. “Na bolsa, vista como acessório para uma temporada, o risco era basicamente social, de passar vergonha se alguém reconhecer. Já o sapato falsificado tem risco funcional de machucar o pé”. E, diferentemente do pé dolorido, destaca ela, o risco social pode ter solução. Alguns optam por contar que a peça é falsificada, mas com o cuidado de associá-la a uma experiência restrita a poucos. “Podem dizer, por exemplo, que trouxeram de uma viagem no interior do cafundó da China”, ponderou Strehlau.

Ainda assim, falsificados nem sempre são exatamente baratos. Uma réplica da bolsa Hermès Birkin pode custar R\$ 8,4 mil, parcelados em até 12 vezes, co-

mo encontrou o **Valor** em uma loja on-line exibida no topo dos resultados do Google.

“Se nas classes de menor renda o fator econômico costuma ter maior peso [para aquisição], entre a população de maior renda aparecem mais razões ligadas à conveniência, ao acesso ou ao desejo de consumir determinados produtos sem pagar o preço integral”, diz Márcia Cavallari, diretora de opinião pública da Ipsos. Além disso, acrescenta ela, também entram em jogo o desejo de pertencimento e de reconhecimento social, associado ao acesso a marcas e símbolos de status, sobretudo em segmentos como vestuário, acessórios e eletrônicos.

A maneira como o brasileiro encara leis de forma geral também se reflete no potencial de consumo ilegal, revela o levantamento da USP e do Ipsos. Quanto maior a tolerância à transgressão, maior a propensão a essas compras. E a disposição para

transgredir varia conforme o gênero. Segundo a pesquisa, 27% dos homens têm perfil transgressor, em comparação com 22% das mulheres. Já entre os legalistas, elas são 24% e eles, 20%.

“A literatura, com estudos, tem evidências de que as mulheres policiais são muito menos corruptas, significativamente mais íntegras e respeitam mais os procedimentos”, afirma Piquet, mencionando estudos realizados no Brasil, Austrália, Estados Unidos e Europa. “Isso se traduz também no restante da população feminina”, acrescenta o professor. Outros levantamentos apontam para a mesma direção. “Historicamente, pesquisas da Ipsos encontraram incidência de consumo de produtos ilegais um pouco maior entre homens”, observa Cavallari.

Em outra frente, o levantamento apurou indícios de aquisições ilegais em diferentes mercados. Nos combustíveis, por exemplo, 13% dos entrevistados

disseram abastecer sempre em postos sem bandeira, e outros 15%, às vezes, recorrem à prática. No vestuário e nos eletrônicos, 21% das transações ocorreram em canais com maior risco de ilegalidade, como vendedores ambulantes, pequenos sites ou desconhecidos e redes sociais. Ainda nos eletrônicos, 26% disseram não ter recebido nota fiscal.

Nas bebidas alcoólicas, 12% disseram ter recorrido a vendedores informais — a pesquisa foi feita antes da onda casos de intoxicação por metanol. Nos cigarros tradicionais, o indicador é mais direto: marcas ilegais representam 11% do mercado.

Para frear os consumidores, Cavallari e Piquet defendem campanhas que mostrem os efeitos diretos da escolha pelos ilícitos. “É mais eficaz mostrar consequências concretas, como riscos à saúde, prejuízos para quem comprar e financiamento de atividades criminosas, aproximando o problema do dia a dia das pessoas”, afirma Cavallari.

Para Piquet, até o apelo aos efeitos coletivos da decisão tem pouco poder de convencimento. “Tentar convencer pela importância da legalidade e pelas consequências sociais da transgressão tende a ser fraco”, diz. A aposta é mostrar as consequências diretas. “É o caso do posto de bandeira branca que dá defeito no carro ou a bebida que pode causar danos gravíssimos à saúde”, exemplifica. (CP)

Varejo Delegacia especializada retém mais de 222 mil itens irregulares no Rio no primeiro semestre

Nas ruas, produto pirata faz parte do cenário

Marcos Furtado
O Globo, do Rio

A convivência com o mercado ilegal e a normalização do comércio irregular são nítidas nas ruas das principais metrópoles do país. Na cidade do Rio de Janeiro, uma caminhada por Copacabana, na zona sul, revela uma vasta oferta de produtos piratas e falsificações. Na rua Siqueira Campos, no espaço de apenas uma quadra entre a Barata Ribeiro e a Edmundo Lins, foram identificados pontos de venda a poucos metros um do outro, em plena calçada. É um trecho movimentado, ao lado de uma estação do metrô, de três supermercados e de várias lojas, lanchonetes, restaurantes e bares. Todos, até prova em contrário, seguindo as regras.

Em uma banca com centenas de armações de óculos, um homem que se identificou como Ramiro, de 32 anos, disse faturar cerca de R\$ 500 em um dia de boas vendas de modelos falsos das marcas Dolce&Gabbana, Prada, Dior e Ray-Ban. Sobre a procedência, foi evasivo: “Talvez sejam da China, do Vietnã ou aqui pertinho, do Paraguai, mas saber, eu não sei”. Outro vendedor, que não quis se identificar, mantinha bolsas e carteiras femininas “de marca” no chão da calçada. Ele ficava afastado da mercadoria e só se aproximava quando alguém demonstrava interesse.

Mais adiante, Sérgio, de 45 anos, vendia guarda-chuvas, pilhas e tomadas, mas o carro-chefe eram as camisas oficiais da seleção brasileira, com estampas dos patrocinadores. Ele conta ter faturado muito durante a Copa do Mundo e que o volume caiu depois da eliminação do Brasil, mas “sempre vende, porque os turistas gostam muito”.

No país, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) calcula que o varejo ilegal movimentou R\$ 179,2 bilhões em 2025, o equivalente a 13,8% das vendas de quatro segmentos: combustíveis, vestuário, eletroeletrônicos e produtos farmacêuticos e cosméticos. Em 2010, o percentual era de 7,5%. A maior parte (R\$ 100 bilhões) do faturamento do mercado ilegal vem de combustíveis e lubrificantes. Segundo a CNC, esse valor corresponde a 18% de tudo o que o setor vende.

Para o economista-chefe da CNC, Fábio Bentes, a maior proporção do setor é explicada pela dificuldade do consumidor saber o que, de fato, está comprando. “É muito difícil, quando você vai abastecer o seu carro, ser garantido que aquele combustível não tenha procedência ilegal. Não é uma questão nem de campanha educativa, é uma questão de fiscalização”, diz Bentes.

**Vendedores ambulantes com produtos falsificados em Copacabana, no Rio**

Como a economia subterrânea não aparece nas estatísticas oficiais, a CNC estima quanto o varejo deveria ter vendido a partir do comportamento do mercado de trabalho, do crédito e dos preços, e compara com o que o IBGE aponta de faturamento. A diferença é atribuída ao comércio ilegal. “A economia subterrânea é o que a gente chama de uma variável latente, não observada. Você não consegue enxergar isso no dia a dia. Mas ela deixa rastros em outras variáveis econômicas”, explica o economista da CNC.

Do outro lado do balcão, o cliente costuma saber de onde compra. Sondagem do Instituto Fecomércio RJ, com 1.012 consumidores da região metropolitana do Rio, feita em novembro de 2025, mostra que 78,3% dos que já compraram no mercado informal apontam o preço mais baixo como atrativo. Para 70,6%, os produtos são mais baratos porque não pagam impostos. Outros 21,3% atribuem o preço menor à origem ilegal da mercadoria, ligada à carga roubada.

Segundo a Fecomércio RJ, o gasto anual com o mercado informal na região metropolitana foi estimado em R\$ 4,5 bilhões. “A nossa pesquisa é no mercado informal, quando não se comprou dentro de uma loja. Não posso dizer se é um produto de origem ilegal ou se é um produto que só não tem nota fiscal. Ele pode ser fruto de roubo de carga, mas não posso dizer que é ou não”, afirma João Gomes, diretor-executivo de pesquisas e análises do Instituto Fecomércio RJ.

Entre quem vende no mercado formal, a percepção é de piora. Outra sondagem do instituto, feita com empresários do Centro do Rio, mediu como os comerciantes enxergam o avanço da in-

**Sandálias falsificadas já são fabricadas no Brasil, afirma ambulante**

formalidade na região. “Quase 37% dos empresários disseram que perceberam aumento na informalidade. Em 2025, esse percentual tinha sido próximo de 32%”, afirma Gomes. Para 60,9% desses comerciantes, segundo o Instituto Fecomércio RJ, o problema está disseminado por toda a área central da cidade.

No centro, a escala é outra. O Polo Saara reúne cerca de 1.200 estabelecimentos e recebe em torno de 100 mil pessoas em um dia comum. Esse número, de acordo com estimativas da associação, pode ficar cinco vezes maior em períodos de Natal e Carnaval. “A Saara compreende o universo apenas de lojas, não tem boxes. Não temos ne-

**Óculos falsificados rendem até R\$ 500 por dia, segundo o vendedor**

informais como vizinhos. Você tem ali os ambulantes legalizados pela prefeitura e tem os ilegais, que ocupam espaço público, de passagem dos pedestres.”

Ele descreve a poluição visual e sonora, os produtos sem procedência competindo com quem paga imposto e o consumidor obrigado a desviar para a rua.

Para a associação, a saída passa por dar um lugar de trabalho a quem hoje trabalha na calçada. Depois de um incêndio destruir parte dos boxes do camelódromo, a prefeitura prometeu aos comerciantes, em janeiro de 2025, um novo centro comercial. O projeto do Novo Mercado Popular da Uruguaiana, lançado em março deste ano, foi orçado em R\$ 74,2 milhões, com licitação já realizada e entrega prevista para o início de 2028.

O presidente da Saara diz não ver movimento. “Até agora eu não vi execução de nada. Se realmente a prefeitura quer solucionar, não basta vir apenas com a ordem pública e tirar esses trabalhadores informais da rua. Você tem que dar condições para eles se instalem”, diz Haddad.

Questionada sobre o atual andamento da obra, a prefeitura não respondeu até a conclusão desta reportagem.

Bem ao lado da Saara, o Mercado Popular da Uruguaiana é um dos principais polos de atuação da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM). Comércio populares de Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Petrópolis também encabeçam a lista.

Apenas no primeiro semestre deste ano, a DRCPIM apreendeu 222.325 produtos irregulares. O número é 397% maior que as 44.778 apreensões fei-

Pesquisa da Fecomércio RJ mostra que 78,3% dos consumidores já compraram no mercado informal

Sonegação dá início à cadeia da ilegalidade

Do Rio

Um mercado ilegal que movimenta bilhões de reais por ano não se sustenta apenas com comerciantes de calçada. Entidades do setor e especialistas apontam que a cadeia da ilegalidade começa com empresas que deixam de recolher tributos de forma sistemática. Foi para atingir quem faz disso um modelo de negócio que entrou em vigor, em janeiro, a Lei Complementar 225/2026, que criou a figura do devedor contumaz.

A norma é o principal instrumento novo em um conjunto que inclui ainda recuperação de ativos, endurecimento penal e rastreamento de produtos. Os números do resultado de sua aplicação, porém, são modestos.

A Receita Federal identificou 3.132 empresas que podem ser enquadradas na nova legislação. Desse universo, 49 negócios foram notificados, sendo 32 do setor de combustíveis e 17 do fumeiro. O Fisco qualificou 23 como devedoras contumazes.

Na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que atua na etapa seguinte, cinco devedores foram classificados por portaria publicada este ano.

Para o presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, o ritmo da lei do devedor contumaz não corresponde ao tamanho do problema. “Entendemos que o ritmo é demasiadamente lento, visto que já temos quase oito meses de validade da norma. Se houvesse uma força-tarefa, poderíamos ter uma quantidade bem maior de enquadramentos”, diz.

A norma não alcança quem atrasou por dificuldade momentânea. Exige três condições simultâneas: dívida a partir de R\$ 15 milhões que supere o patrimônio da empresa, irregularidade mantida por quatro períodos de apuração consecutivos ou seis alternados em 12 meses e ausência de motivo objetivo, como calamidade pública ou prejuízo acumulado.

“É aquele que todo ano está devendo. Às vezes está devendo até o INSS do empregado, que ele desconta e não paga. Aí ele fecha a empresa e abre outra”, afirma Paulo Henrique Pêgas, professor de contabilidade do Ibmecc-RJ.

Uma vez qualificada, a empresa perde a capacidade de contratar com o poder público, e a dívi-

da pode alcançar o sócio. “A empresa não participa mais de nada, é quase o fechamento da empresa. Não tem direito a participar de licitação. E o sócio, pessoa física, fica responsável por pagar”, acrescenta Pêgas. Em agosto, o Supremo Tribunal Federal validou, por unanimidade, a proibição de o devedor contumaz pedir recuperação judicial ou permanecer em processos já em curso.

A Receita afirma que o objetivo não é aumentar arrecadação nem atingir empresas com dificuldades ocasionais, mas combater “práticas estruturadas de inadimplência substancial e reiterada que geram concorrência desleal”. O órgão considera “prematura” avaliar a efetividade do instrumento.

A segunda frente é retirar do infrator o patrimônio obtido com a fraude. Nos últimos três anos, a PGFN recuperou cerca de R\$ 25 bi-

lhões em ações de combate à fraude estruturada, que inclui sonegação e empresas de fachada. O órgão do Ministério da Fazenda concluiu aproximadamente 150 operações, como Carbono Oculto, Sucata e Vênus. Parte dos devedores alcançados regularizou os débitos depois da atuação do órgão.

Sobre a qualificação de contumazes, feita em conjunto com a Receita, a PGFN diz tratar-se de um processo de trabalho novo, “feito de maneira conjunta com a Receita Federal (vide publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 06/2026), sendo ainda recente para averiguação de resultados”.

Para Olenike, o que funciona contra a sonegação estruturada combina tecnologia e integração entre órgãos: cruzamento de dados, operações conjuntas e bloqueio rápido de bens. O que não funciona, diz, são os programas sucessivos de anistia e parcelamento generosos. “Criam expectativa de perdão futuro e incentivam a sonegação deliberada”, afirma.

O presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), José Eduardo Cidade, cobra a votação do PL 5.807/2025, aprovado na Câmara e parado no Senado. O texto cria o crime de

posse de materiais destinados à falsificação de alimentos, bebidas e suplementos, endurece as penas para quem falsifica esses produtos — sobretudo quando há morte ou lesão grave — e classifica essas condutas como crimes hediondos.

“No Brasil e no mundo, o que impulsiona o crime é a impunidade. De nada adianta penas muito altas se o criminoso não se sente inibido a cometê-lo, sabendo que não estará sujeito a perder sua liberdade”, diz Cidade.

Para as entidades do comércio, nada disso resolve sozinho enquanto o produto legal custar muito mais que o irregular. O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, lembra que a carga tributária ultrapassa 40% no vestuário e 45% nos combustíveis.

“Só essa diferença de tributação já é um baita estímulo a esse mercado ilegal. Claro que a fiscalização nunca deve ser abandonada, mas a saída é criar um ambiente de negócios mais favorável ao empreendedor legal”, diz.

Pêgas aposta em uma mudança que não depende de repressão. Com a reforma tributária, recuperar o imposto passará a exigir do-

tas em 2024. Em relação ao ano passado, quando foram retirados de circulação 154.534 itens, o aumento foi de 44%. Em valores, no entanto, o ano passado lidera, com R\$ 3,4 milhões. No primeiro semestre de 2026, foram R\$ 2,1 milhões.

Só neste ano, foram apreendidas 189 mil figurinhas falsificadas, item de baixo valor unitário que responde pela maior parte do volume do ano. Aparecem ainda mais de 9 mil capas de celular, 7.828 peças de vestuário, 2.860 óculos e mais de 2 mil dispositivos de cigarro eletrônico. Nos dois anos anteriores, quem liderava era o vestuário, com azeite e bebida alcoólica na sequência.

Já a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop) informa ter apreendido 31.322 itens na cidade neste ano, quase metade (48,95%) deles em Copacabana. Na sequência, aparecem Ipanema (9,55%) e o Centro (3,35%).

A maioria das apreensões é de alimentos perecíveis (33,1%), seguidos por bebidas e roupas. Vale frisar que o trabalho da Seop é de ordenamento urbano, o que não representa necessariamente repressão à falsificação. Em julho, o município lançou o Programa Tolerância Zero na orla do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, e informa ter investido R\$ 7,5 milhões na renovação das 1.500 barracas legalizadas.

No recorte nacional, a Receita Federal apreendeu R\$ 4,19 bilhões em mercadorias em 2025, o que representa um aumento de 11,4% sobre os R\$ 3,76 bilhões de 2024. O próprio órgão classifica a alta como “ligeira e em valores nominais”, ou seja, sem desconto da inflação. No Rio, o crescimento foi de 72,2%, partindo de R\$ 181,8 milhões para R\$ 313,1 milhões no mesmo período.

“Existe uma estrutura de logística que vem conectando cada vez mais camadas, se consolidando e crescendo para fazer com que produtos que entram ilegalmente no país possam ser vendidos em diferentes locais, sob a gerência de uma mesma organização”, diz Leonardo Silva, coordenador de Estado e Crime Organizado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na ponta dessa cadeia, o vendedor percebe a mudança sem saber explicá-la. Em um espaço entre prédios de Copacabana, o porta-malas de um carro escondera uma grade de falsas sandálias da marca Havaianas. Ao ser questionado sobre a procedência, o comerciante Antônio, de 56 anos, arriscou na resposta: “Antes vinha tudo lá de fora, acho que da Ásia, mas agora já tem gente fazendo aqui dentro mesmo”.



"Só a diferença de tributação já é um baita estímulo ao mercado ilegal"
Fábio Bentes

cumento fiscal, o que altera o incentivo de empresas e consumidores. “A empresa que compra só vai ter direito de recuperar o imposto que pagou naquela compra se você emitiu o documento. Então eu acredito que, culturalmente, a gente vai evoluir. Vai colocar uma parte dessa economia subterrânea dentro do mundo corporativo tradicional”, disse. (MF)

R\$ 25 bi foram recuperados em ações da PGFN nos últimos 3 anos

Contrabando Busca por soluções rápidas impulsiona o mercado clandestino, onde a falta de procedência deixa um rastro de complicações médicas e subnotificação

Remédios e bebidas ilegais viram ameaça silenciosa à saúde pública

Michele Loureiro
Para o Valor, de São Paulo

Ao menos uma vez por mês, uma caixa de bolo cruza as ruas de Diadema, na Grande São Paulo, na garupa de um motoboy. Dentro da embalagem, em vez de doce, está uma ampola que uma manicure compra como tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro. Não há receita, farmácia ou médico nessa cadeia: o pedido de R\$ 250, que rende três aplicações, é acertado pelo WhatsApp e o produto, segundo ela, vem do Paraguai. Em cerca de um ano, a manicure, que prefere não ser identificada, trocou três vezes de fornecedora, perdeu 20 quilos e enfrentou episódios de vômito e diarreia.

O percurso informal de uma substância injetável, da origem incerta à recomendação boca a boca, expõe uma das faces mais recentes do risco que acompanha a expansão do mercado ilegal no país: quando os controles desaparecem, o prejuízo deixa de ser apenas econômico e passa a ser medido também pelos potenciais danos à saúde.

As conversas que começam nos salões de beleza, muitas vezes, terminam em leitos de hospitais. Clayton Macedo, coordenador do serviço de endocrinologia do exercício da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, afirma que atender pacientes com complicações decorrentes



Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, registra aumento nas apreensões de medicamentos e canetas de emagrecimento

do uso inadequado dessas substâncias se tornou rotina. “Junto com uma solução que a ciência trouxe para o tratamento da obesidade, tivemos uma epidemia de oportunismo”, diz. Ele relata casos que vão de náuseas, vômitos e dores abdominais a interações, inclusive em UTI.

A procura pelas novas drogas contra a obesidade alimentou um mercado paralelo de grandes proporções. No primeiro semestre deste ano, as apreensões de

canetas emagrecedoras pela Receita Federal superaram R\$ 80 milhões, mais de 20 vezes o registrado no mesmo período de 2025. Segundo os médicos, o risco começa pela impossibilidade de saber exatamente o que há dentro desses produtos. Versões de origem desconhecida não oferecem garantias sobre concentração, composição, esterilidade ou condições de armazenamento. E nem mesmo as consequências são plenamente conhecidas.

Macedo afirma que as complicações são subnotificadas e que a falta de rastreabilidade dificulta relacionar uma reação ao produto que a provocou. “Pacientes podem chegar ao atendimento sem informações sobre fabricante, lote ou concentração da substância utilizada, enquanto quem compra contrabando pode evitar fazer denúncias”, afirma.

A ameaça à saúde, porém, vai muito além das canetas. A lista inclui medicamentos falsifica-

dos contra o câncer, suplementos com substâncias não declaradas, cigarros eletrônicos comercializados sem controle sanitário e agrotóxicos ilegais. Em comum, representam produtos que chegam ao consumidor sem as garantias de procedência, composição e concentração exigidas do mercado regular.

A face mais extrema desse risco apareceu no surto de bebidas adulteradas com metanol, que deixou 22 mortos no país entre setembro e dezembro de 2025. O episódio tornou visível uma dimensão do comércio clandestino que nem sempre aparece nas estatísticas de apreensões ou nas estimativas de perdas tributárias. “Tratar a falsificação apenas como infração de propriedade intelectual é uma visão incompleta. Na área da saúde, o mercado ilegal traduz-se diretamente em risco de morte”, afirma Felipe Liger, médico emergencista do Hospital Alemão Oswaldo Cruz.

Os danos também podem ocorrer de maneira menos evidente. Liger lembra que, no caso de medicamentos falsificados, o

“Junto com solução para o tratamento da obesidade, tivemos epidemia de oportunismo”
Clayton Macedo



“Na área da saúde, o mercado ilegal traduz-se diretamente em risco de morte”
Felipe Liger

risco não está apenas em uma eventual intoxicação. Um produto sem o princípio ativo ou com quantidade insuficiente pode deixar de tratar a doença para a qual foi comprado. “O paciente acredita estar protegido, mas sofre as consequências da progressão da doença”, diz. Em casos de hipertensão, diabetes ou infecções, por exemplo, a falsa sensação de tratamento pode resultar em complicações graves.

O impacto pode continuar invisível mesmo quando chega ao sistema de saúde. Um paciente atendido por uma infecção que não cedeu, uma crise provocada por uma substância desconhecida ou uma doença que avançou, apesar do suposto tratamento, nem sempre será contabilizado como vítima do mercado ilegal. “O que mais preocupa, do ponto de vista epidemiológico e médico, é o impacto silencioso na saúde, com potencial fatal”, diz Liger.



Nossas águas movimentam o futuro.

Quando a água chega de forma regular, a vida avança.

Combater perdas, desperdícios e fraudes também é preservar um recurso essencial. Dizer não ao mercado ilegal da água é um gesto de ética com quem depende dela e a garantia de investimentos e segurança para ampliar o acesso ao saneamento.

cegea
Nossas águas movimentam o Brasil